

ISMAEL F. PFEIFER

**OS MEIOS E AS MEDIAÇÕES NA
RIVALIDADE BRASIL-ARGENTINA**

Um estudo sobre a estigmatização da imagem
do país vizinho na comunicação brasileira

São Paulo
2008

ISMAEL F. PFEIFER

**OS MEIOS E AS MEDIAÇÕES NA
RIVALIDADE BRASIL-ARGENTINA**

Um estudo sobre a estigmatização da imagem do país vizinho
na comunicação brasileira

Dissertação de Mestrado em
Comunicação, da Faculdade de
Comunicação Cásper Líbero,
apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestre

**Orientação: Prof. Dr. Laan Mendes
de Barros**

DEDICATÓRIA

A Margarida e Natália,
que me dão sentido

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me ensinaram a perseverar.
Ao professor Laan, que me devolveu a toalha.

PFEIFER, Ismael F. – **Os meios e as mediações na rivalidade Brasil-Argentina - Um estudo sobre a estigmatização do país vizinho na comunicação brasileira.** São Paulo: 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado), Faculdade de Comunicação Cásper Líbero.

RESUMO

Brasileiros e argentinos nutrem entre si, embora em dimensões diferentes, uma rivalidade que não raramente assume proporções de confronto (tanto nas arenas esportivas, como nas mesas de negociação políticas e/ou comerciais). Trata-se de um fenômeno que tem perdurado por séculos e expõe raízes históricas – os dois países foram antagonistas ao disputarem áreas na indefinida América do Sul a partir do século XVII, momento em que, todavia, os territórios pertenciam a Portugal e Espanha. Este trabalho buscou pesquisar se (e de que modo) os meios de comunicação e as mediações culturais respaldaram a manutenção ao longo do tempo das divergências e da estigmatização da imagem da Argentina e dos argentinos no Brasil. É fato que há mais de 150 anos os dois países não se confrontam belicamente e que os duelos oficiais se limitaram ao campo diplomático, em disputas pela liderança regional sulamericana. Mas mesmo após tornarem-se fortes parceiros comerciais no Mercosul, fundado em 1990, os dois maiores países da região não arrefeceram as antipatias mútuas, que continuam sendo expostas mesmo por altas autoridades dos dois lados, discurso normalmente reproduzido pela mídia como se fosse de voz própria. Esta situação de permanente rivalidade institucional tem sido culturalmente incorporada -- de maneira subconsciente e desorganizada -- pela sociedade de ambos os países.

PALAVRAS-CHAVE – Meios, mediações, comunicação, rivalidade, estigmatização, imagem do outro, discurso dominante.

PFEIFER, Ismael F. – **The media and the mediations in the rivalry Brazil-Argentina - A study about the stigmatization of the neighboring country in the brazilian communication.** São Paulo: 2008. Dissertation (Mastership in Communication and Market), Communication Faculty Cásper Líbero.

ABSTRACT

Brazilian and Argentine nurture to each other, although in different dimensions, a rivalry that not rarely takes over proportions of confront (so much in the sporty arenas, as on the tables of political and/or commercial negotiation). It's a phenomenon that has been lasting by centuries and exposes historical roots – both countries were antagonists to the dispute areas in the century XVII across a indefinite South America, moment in which, however, the territories belonged to Portugal and Spain. This study has search if -- and that way -- the communication media and the cultural mediations backed the maintenance along time of the divergences and stigmatization of the image of both Argentina and Argentines in Brazil. In fact, more than 150 years ago both countries do not confront bellicosely and that the official duels limited to the diplomatic field, in disputes by the Southern regional leadership of the American continent. But same after become strong commercial partners in Mercosul, founded in 1990, both larger countries of the region did not cool the mutual antipathies, that continue to be exposed inclusively for high authorities of both sides, speech usually reproduced by the media as if it belonged to own voice. This situation of institutional permanent rivalry has been being culturally incorporated -- of unconscious and disorganized way -- by the society from both countries.

KEY-WORDS – Media, mediations, communication, rivalry, stigmatization, image of the another, dominant speech.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1 – A longa viagem do preconceito.....	16
1.1 Meios, mídia e a validação do imaginário social.....	17
1.2 - As escolas como mediadoras culturais.....	18
1.3 - O reforço da mídia e a televisão.....	24
Capítulo 2 -- Uma história de diferenças.....	30
2.1 Colombo, o embrião da rivalidade.....	31
2.2 Bandeirantes: heróis aqui, piratas lá.....	33
2.3 Colônia do Sacramento, o epicentro.....	35
2.4 A independência e a manutenção da rivalidade.....	38
2.5 A derrubada de Rosas.....	40
2.6 A união contra o Paraguai.....	42
2.7 Guerra fria pela hegemonia na região.....	43
2.8 Século XX, a imagem estigmatizada do outro.....	46
Capítulo 3 – Nos meios, a transmissão por 180 anos.....	49
3.1 No Século XIX, uma imprensa oficialista e para poucos.....	50
3.2 As cartilhas para formar as elites do Império.....	53

3.3 Jogador argentino preso por Galvão.....	56
3.4 Bonner “engasga” e culpa os argentinos.....	59
3.5 Citações fáceis sobre ”malandros” e “arrogantes”	60
3.6 Na economia, um país inferior e vencido.....	61
3.7 O turista argentino, como “invasor” do Sul.....	63
Considerações finais.....	68
Bibliografia.....	74

Introdução

Este estudo pretende analisar, do ponto de vista da comunicação, como se dá a interferência da mídia brasileira na estigmatização da imagem da Argentina e dos argentinos e na própria rivalidade entre os dois países. Trata-se, portanto, de um trabalho sobre mídia e sociedade, comunicação e cultura, que se inscreve na linha de pesquisa “Produtos Midiáticos: Jornalismo e Entretenimento”.

É sabido que a última guerra opondo militarmente brasileiros e argentinos ocorreu em 1852, portanto, há 156 anos, quando o governo imperial brasileiro, descontente com o controle argentino da navegação pelo Rio da Prata, aderiu a um movimento interno e ajudou na derrubada do ditador Juan Manuel Rosas -- deposição da qual participaram também o governo do Uruguai e as províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes. Foi daquele momento, segundo historiadores, que teria surgido a expressão “macaquitos”, usada por alguns argentinos contra brasileiros.

A população de Buenos Aires, então invadida pelos soldados do Brasil imperial anti-Rosas, podia acompanhar desde as ruas da região do porto da cidade o trabalho de marinheiros brasileiros, grande parte negros ou mestiços, subindo e descendo pelos mastros para os trabalhos nas velas das embarcações ali ancoradas. Irados pela invasão estrangeira, os portenhos teriam inaugurado a denominação de cunho racista.

Antes disso, o maior confronto envolvendo o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (que a partir de 1926 passou a ser oficialmente “Argentina”), aconteceu entre 1825 e 1828, na eterna disputa pelo controle da entrada fluvial do Prata e das terras da chamada “Banda Oriental” do Rio Uruguai.¹

Os combates de três anos resultaram no nascimento do Uruguai, por intermediação da Inglaterra, que propôs então um “estado tampão”, espécie de campo neutro entre os dois grandes países emergentes, já então protagonistas na política e no comércio da porção sul da América.

A principal motivação deste estudo nasce da impressão, por parte deste pesquisador, de que fatos históricos de mais de 150 anos seriam incapazes, sem a

¹ LUNA, Felix; Breve História de los Argentinos; Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1997

chancela dos meios de comunicação, de alimentar o imaginário coletivo contemporâneo com conceitos e preconceitos em relação à nação e os habitantes do país vizinho. Chama a atenção, por exemplo, o fato de que o Brasil envolveu-se, duas décadas mais tarde em relação a seu último conflito armado com os argentinos, numa guerra sangrenta contra o Paraguai. Naquele momento, aliás, Brasil e Argentina, além do Uruguai, uniram-se na chamada “tríplice aliança” contra a ofensiva do ditador paraguaio Solano López, que buscava ampliar o seu território e garantir acesso direto ao Atlântico pelo Rio da Prata. Tal confronto, mais recente, porém, não acarretou aos paraguaios nem a sombra da antipatia brasileira contra os argentinos, provavelmente porque os meios, assim como o poder constituído brasileiro, nunca se importaram muito com as coisas do Paraguai, visto pela sociedade e, portanto, também pela mídia, apenas como um território pobre e nada ameaçador na fronteira Sudoeste.

Há de se considerar que, após os persistentes embates pelo controle da entrada fluvial via Rio da Prata em direção às terras centrais da América do Sul, brasileiros e argentinos mantiveram-se com frequência em posições antagônicas, notadamente ao digladiarem-se no campo diplomático pelo protagonismo e liderança regionais. Mesmo após tornarem-se fortes aliados comerciais, a partir da fundação do Mercosul, em 1990, os dois maiores países da região mantiveram-se atormentados por desconfianças e divergências, que algumas vezes acabam expostas mesmo por autoridades, como o ex-presidente argentino Nestor Kirchner, que nunca escondeu sua contrariedade às pretensões brasileiras de liderança regional e demonstrou oposição explícita à gestão do Brasil para obter uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

Essa situação de persistente desavença institucional entre as nações tem sido claramente incorporada – quase sempre de forma subconsciente e desorganizada -- pelas sociedades de ambos os países, que freqüentemente se indispõem entre si para além dos campos de futebol.

É verdade que o mundo dividido em países-território e línguas próprias (e mesmo em comunidades díspares dentro de uma mesma urbe) convive tradicionalmente com a animosidade entre vizinhos, conseqüência natural das

comparações entre as identidades culturais e políticas próximas e parecidas, porém divididas por fronteiras ideossincráticas bem demarcadas. França e Inglaterra, Alemanha e França, Irã e Iraque, Austrália e Nova Zelândia, Portugal e Espanha, Chile e Argentina, Israel e Palestina, para citar alguns casos bem conhecidos, mantêm rivalidades alimentadas por processos que incutem no inconsciente coletivo uma relação emocional no qual o vizinho é visto como adversário e/ou ser inferior – fenômeno sociológico explicado por Norbert Elias em seu *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Para ele, grupos vizinhos diferentes tendem a idealizar as hipotéticas deficiências do outro grupo como reforço para a própria identidade e auto-estima.

A estigmatização “do outro”, portanto, torna-se reação automática entre grupos diferentes e geograficamente próximos. Elias utiliza como base de seus estudos as parcelas diferentes da população de uma pequena cidade inglesa, no final dos anos 50, denominando-as “estabelecidos” e “outsiders” (o primeiro, o grupo dominante, e o segundo, o de menor poder). A relação observada por ele demonstra uma necessidade coletiva de esteriotipar o grupo opositor.

O objetivo aqui traçado, portanto, não é o de expor como exclusivo o caso brasileiro/argentino, mas tentar analisar as suas características e, por meio delas, estimar os caminhos e os recursos com os quais os meios de comunicação contribuíram e contribuem (de forma deliberada ou não) para a prevalência dessa estigmatização regional histórica. A mídia reflete a sociedade e influencia seus valores. Mesmo sem adotar aqui uma linha crítica frankfurtiana, é possível visualizar em nosso objeto de estudo a interferência dos meios como reforço ao discurso dominante da sociedade e esta sendo retroalimentada pelas emissões dos meios, num ciclo duradouro no correr do tempo.²

Outra motivação para este estudo nasce da minha experiência profissional como correspondente do jornal *Gazeta Mercantil*³ por três anos e meio em Buenos Aires. Vivi no período em meio ao “fogo cruzado” de alusões de cunho predatório de lado

² PÊCHEUX, Michel. A análise automática do discurso. In: Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. F. Gadet e T. Tak (Orgs.). Campinas: Unicamp, 1990.

³ *Gazeta Mercantil*, diário econômico de maior circulação no Brasil, com base em São Paulo, circulação de 70 mil exemplares (IVC, 2007)

a outro, sobretudo na mão de direção que vai dos brasileiros aos argentinos. “Como você suporta conviver todos os dias com argentinos?”, ouvi, dentre outros, de colega jornalista bem informado, mas acometido pelo ranço centenário. Ou, “os argentinos são arrogantes até nos cálculos oficiais, porque o PIB deles é uma mentira”, de parte de um funcionário diplomático brasileiro, externando suspeitas sobre a contabilidade oficial do vizinho, com o nítido objetivo político de induzir a confecção de reportagem-denúncia com suas ilações em jornal de prestígio⁴. Ou ainda: “Não sei como você consegue viver em Buenos Aires. Eu não poderia morar lá, porque odeio os argentinos”, de um funcionário público aposentado que admitiu, em seguida, nunca ter estado pessoalmente diante de um argentino.

Tais emissões de sentimento corroboram com a hipótese de que a transmissão histórica de valores anti-argentinos, a partir dos reais confrontos belicosos entre as duas nações, foi alimentada pelos meios e pelas mediações culturais, ou tal intensidade negativa na imagem vigente do vizinho, distante do dia-a-dia da maior parte da população, aqui e lá, não teria subsistido.

O estudo ora apresentado optou por buscar nos arquivos históricos dos meios de comunicação exemplos qualitativos (e não quantitativos) da instrumentalização da mídia para a transmissão através do tempo do estigma contra o “outro” argentino. Decidiu-se também limitar a análise apenas na direção do preconceito expressado pelo brasileiro em relação ao argentino. Na mão contrária, embora igualmente se evidenciem ranços, externa-se uma antipatia de menor peso em comparação à exibida aqui – lá, para muitos, o Chile é o vizinho antagônico e mais fortemente estigmatizado.

Foi nessa busca pela expressão na mídia brasileira de tais valores anti-argentinos que deparei-me com o trabalho aprofundado da pesquisadora Nilda Jacks⁵, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que ao lado de outras duas

⁴ Nota do autor: a reportagem sugerida não foi feita.

⁵ Coordenadora da pesquisa. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós – Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. * Participaram também da pesquisa a mestrande Luciana B. Dorneles e o bolsista de Iniciação Científica (CNPq) Alan Neiva dos Santos.

pesquisadoras, Márcia Benetti Machado⁶ e Karla Müller⁷, publicou em dezembro de 2001 o estudo “A Representação da Argentina e dos Argentinos na Imprensa do Sul do Brasil”⁸, expondo de forma analítica e estatística a expressão freqüentemente jocosa da mídia de Santa Catarina e Rio Grande do Sul contra o visitante argentino, habitué das praias brasileiras durante o verão.

O referido estudo levou em conta, por sua vez, outra pesquisa realizada em 1996 por Anibal Ford, Stella Maris Martini e Nora Mazziotti, que analisou a contribuição do jornalismo na formação da opinião pública e do imaginário social para o processo de integração no Mercosul. Nesse trabalho, as reportagens informativas foram identificadas em duas zonas: as “duras” (que tratam de política nacional ou internacional e economia) e as “brandas”, (sobre as áreas de cultura, policial, geral, saúde, ecologia, turismo, etc). A conclusão dos autores é de que o impacto mais forte sobre o imaginário social provém das zonas “brandas”, publicações tidas normalmente como menos sérias, mas que alcançam um maior volume de leitores. Eles consideram que tem caído o interesse do leitor pelas denominadas zonas “duras”, porque essas seções editoriais estariam cada vez mais dirigidas a especialistas.

A partir de tais considerações, o estudo de Jacks, Machado e Müller definiu como objeto de avaliação as matérias jornalísticas que tratam do turismo argentino no Sul do Brasil na chamada zona “branda” da imprensa, vistas como capazes de evidenciar elementos que permitam mapear os conceitos e preconceitos, as noções sobre integração e intercâmbio cultural, o papel das inter-relações pessoais/grupais e das instituições culturais na construção da integração, entre outras questões derivadas do mesmo problema.

No trabalho ora apresentado, as denominadas “zonas brandas” também vão merecer importância, visto que é geralmente nas menções aparentemente

⁶ Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁷ Doutoranda em Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁸ Íntegra do estudo:

http://www.ufrgs.br/midiatica/textos/8_IDES%20base%20para%20o%20livro.doc

descomprometidas de cronistas, sobretudo no rádio e na TV, que a maior carga de preconceito se expressa – quase sempre de forma leviana. Por outro lado, pretendo expor o problema de maneira menos segmentada, tanto em relação ao universo dos meios analisados como no corte temporal. Isto porque o objetivo aqui é apresentar as várias situações em que a informação (ou desinformação), jornalística ou historiográfica, serviu e serve de veículo para a viagem no tempo da estigmatização dos vizinhos.

Assim, serão apresentados mais adiante casos variados e aleatórios, a guisa de ilustração, pinçados num espaço temporal de quase 200 anos e nos múltiplos âmbitos da comunicação (comunicação que considerará como “meios”, neste caso, inclusive as cartilhas escolares no século XIX, já que praticamente não se podia considerar a existência de mídia de massa na época, quando jornais importantes circulavam às poucas centenas para um público alfabetizado mínimo).

Outra consideração importante nesta introdução é realçar que o estigmatização coletiva inter-nacional, de brasileiros em relação a argentinos, exhibe de fato raízes históricas e elementos palpáveis, que não podem ser atribuídos à simples construção da mídia. A participação dos meios nesse fenômeno, a meu ver, está no fomento à prevalência desses valores ancestrais e na sua legitimação pela via de reiteraões e reforço do imaginário coletivo – predisposto à negação e desvalorização do vizinho, como forma de auto-afirmação nacional.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, “A longa viagem do preconceito”, busca nas várias linhas dos estudos da Comunicação conceitos que ajudem a explicar de que modo se deu a transmissão da rivalidade entre as duas nações através dos séculos. O segundo, conta a história cruzada dos dois países e os primórdios das desavenças na região. E o terceiro, elenca, como os meios de informação e comunicação brasileiros refletiram a relação entre os países e os argentinos desde o Século XIX.

1.
A longa viagem do preconceito

1.1 Meios, mídia e a validação do imaginário social

Na busca por analisar a interferência dos meios de comunicação na construção da imagem da Argentina e dos argentinos no Brasil, entendendo esses meios de maneira ampla, como canais emissores e construtores de conteúdo e espécies de avalistas dos anseios e do imaginário coletivo nacionalista de cada um dos povos, recorri aos estudos das denominadas mediações culturais, bem definidas por Jesús Martín-Barbero, que vai oferecer a linha mestra das análises neste capítulo.

No livro “Dos Meios às Mediações” ele argumenta que os meios de massa foram fundamentais na formação das culturas nacionais dos estados latino-americanos em geral. Estados formados até as primeiras duas décadas do Século XX por uma colcha desconecta de imigrantes procedentes de vários países, de índios e/ou de escravos, mais seus descendentes, demandavam a constituição de uma identidade nacional própria, o que foi perseguido, segundo ele, sempre com o suporte dos meios de comunicação.

A partir de 1920, a maioria dos países da América Latina inicia um processo de reorganização de suas economias e de reajuste de suas estruturas políticas. A industrialização é levada a cabo com base na substituição das importações (...), num quadro que torna decisiva a intervenção do Estado, com investimentos em obras de infra-estrutura para transporte e comunicações. (...) Surge assim um novo nacionalismo, baseado na idéia de uma cultura nacional, que seria a síntese da particularidade cultural e da generalidade política, da qual as diferentes culturas étnicas ou regionais seriam expressões. A Nação incorpora o povo, transformando a multiplicidade dos desejos das diversas culturas (...) num único desejo: participar do sentimento nacional.⁹

Outro autor importante nessa área, o argentino Néstor Canclini, vai em linha parecida em seu *Culturas Híbridas*: explica que entre os anos 20 e 30 do século passado houve um esforço pela modernização nos países latino-americanos que se baseava “na expansão do capitalismo e ascensão democratizadora dos setores médios e liberais, pela contribuição de migrantes e pela difusão em massa da

⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 227, 228, 229

escola, imprensa e rádio”.¹⁰ Argumenta que esse movimento “modernizador” dos países da região inspirava-se no modo de sociedade das maiores nações europeias, como França e Inglaterra, ideal obviamente não alcançado pelas culturais regionais.

Havia até então em praticamente toda a América Latina um enorme descompasso entre Estado e Nação: a identidade nacional dos Estados latino-americanos era pouco definida, em maior ou menor grau em cada um deles.

Naquele momento, coube ao Estado o papel protagonista na construção desse nacionalismo, processo iniciado nas duas primeiras décadas do século e reforçado a partir da erupção dos governos golpistas e populistas nos anos 30 (como no Brasil e Argentina) e a adoção generalizada por parte desses governos de políticas populares. É perceptível já aí a participação de meios de massa como suporte e co-participante dos anseios sociais em busca da identidade nacional mal formulada.

Vale ressaltar que algumas expressões sócio-culturais, concentradoras de forte apelo nacionalista para brasileiros e argentinos, como o futebol e as disputas entre selecionados nacionais, se desenvolvem fortemente nessas primeiras décadas do século XX.

1.2 - As escolas como mediadoras culturais

É, no entanto, preciso retornar algumas décadas, à segunda metade do século XIX, para observar que naquele período, fase embrionária do que depois seriam nações como Brasil e Argentina, e antes do desenvolvimento de meios como o rádio e o cinema, as escolas funcionaram como decisivas transmissoras de conceitos nacionalistas. Os meios impressos, nascidos tardiamente no Brasil em relação aos vizinhos, eram fonte de informação para poucos: dados oficiais de 1872

¹⁰ GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas Híbridas – estratégias pra entrar e sair da modernidade. 2.a ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

dão conta de que na época, em todo o país, apenas 22% das pessoas sabiam ler e escrever.¹¹

Diante dessa realidade precária de acesso a notícias, as cartilhas em importantes institutos formadores das elites brasileiras impunham conceituação histórica que se multiplicaria na transmissão oral de conhecimento. E no escopo deste estudo, pode-se dizer que a palavra oficial do Império brasileiro impressa dos livros escolares carregava no tom discriminatório contra os argentinos.

No Colégio Pedro II, no Rio, fundado em 1837 como instituto para educar os filhos das elites da época, a imagem que se impingia às províncias platinas (ainda não estava constituída plenamente o que depois seria a Argentina) é de um “outro” violento, ameaçador e bárbaro, conforme estudo da historiadora Vera Cabana de Queiroz Andrade¹², que será mais amplamente abordado no capítulo sobre casos ilustrativos da estigmatização aos vizinhos pelos meios de informação e comunicação. Mas uma citação interessante desse trabalho merece ser exposta já, porque ajuda a dimensionar o papel das escolas na formação da imagem do país vizinho naquele momento.

Os manuais de História para fins didáticos constituem-se (...) em importante conjunto de textos que poderão nos ajudar na tarefa de compreensão de uma pedagogia civilizatória, entendida nos termos das sugestões propostas por Norbert Elias, a fim de que possibilite a percepção do processo de criação de figuras e imagens que irão significar a história das sociedades platinas decodificando-as e apresentando-as como uma natureza dessa própria História e dos habitantes dessas regiões. Longe, portanto, de apresentarem fatos crus e objetivos acerca da região platina e de seus habitantes, estes textos irão inscrevê-los num quadro de referência, que mobiliza figuras e imagens já disponíveis acerca destes mesmos objetos de conhecimento, ainda que os faça aparecer como resultado de tarefa neutra da pesquisa histórica.

Em seu “Aparelhos Ideológicos de Estado”, Louis Althusser descreve o uso pelo Estado e pela classe dominante dos denominados “aparelhos ideológicos”, tais como a religião, os meios de informação e também a escola, sobretudo em

¹¹ GRAHAM, Richard. “Construindo uma Nação no Brasil do Século XIX. In Diálogos, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá: 2001. p 43

¹² ANDRADE, Vera Cabana de Queiroz. Colégio Pedro II, um lugar de memória. Programa de Pós-Graduação em História Social-UFRJ (Tese de Doutorado), 1999.

períodos anteriores ao nascimento da mídia eletrônica ou em momentos em que a informação é represada e não circula livremente, como nas ditaduras militares do Brasil, notadamente no período recente do último golpe, a partir de 1964 até início dos anos 80. Entende-se a educação escolar como importante transmissora de conceitos que tendem a se perpetuar por gerações nacionais, elemento de aculturação das massas historicamente utilizado pelos regimes totalitários.

Considera Althusser, paradoxalmente, que mais do que o Estado, em si, os aparelhos ideológicos é que “desenvolvem a ideologia dominante, a da classe dominante, e que detém o poder do Estado.”¹³

Parece sensato pensar que, por intermédio desses aparelhos descritos por Althusser, a estigmatização dos argentinos no Brasil trafegou por décadas a fio em tempos em que a mídia ainda não existia como condutora da opinião pública, como na maior parte do Século XIX. Núcleos de transmissão de informação como as escolas, então, alimentaram e foram alimentadas pelas mediações culturais. Nessa viagem de quase dois séculos, em que os conceitos e preconceitos coletivos nacionais a respeito do vizinho tomaram assento, os meios de comunicação de massa assumem papel protagonista a partir das primeiras décadas do século XX, conforme expressa Martín-Barbero.

O papel decisivo que os meios massivos desempenham nesse período residiu em sua capacidade de se apresentarem como porta-vozes da interpelação que a partir do populismo convertia as massas em povo e o povo em Nação. Interpelação que vinha do Estado, mas que só foi eficaz na medida em que as massas reconheceram nela algumas de suas demandas mais básicas e a presença de seus modos de expressão.¹⁴

Essa simbiose entre os objetivos do Estado populista, os anseios da população para constituir-se em nação e os meios de massa como ambientes de aglutinação e validação desse processo dedica aos veículos de comunicação mais do que o simples papel de reprodutores de demandas, mas os torna também protagonistas da essência da estruturação do ser nacional em ebulição. Nesse contexto, o

¹³ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Edições Graal, 1985, 2ª edição, p.74

¹⁴ MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 242

discurso que se apóia na negação “do outro” como reforço para a constituição de valores para a própria identidade apresenta-se como conceito de fácil digestão coletiva, artifício de que os meios lançavam e ainda hoje lançam mão com freqüência.

A respeito dessa elaboração do discurso social, Patrick Charaudeau, diretor geral do Centro de Análise do Discurso, em Paris, evoca, numa releitura de Pêcheux, o conceito das “representações” para explicar como se dá a interação entre o desejo coletivo de uma sociedade e o discurso da mídia, processo de interação que vai desaguar na informação difundida cotidianamente:

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real (...). Assim, é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém com sua experiência do cotidiano, como também o tipo de cometário de inteligibilidade do real que o caracteriza (...). Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores.¹⁵

Entre os meios de difusão de informação que serviram de suporte nesse processo de construção nacional das sociedades latino-americanas, foram os orais e os audiovisuais os que primeiramente se popularizaram, pelo simples fato de que atingiam a todos, em países constituídos em sua maioria por não-letrados.¹⁶

Assim, paralelamente ao rádio, o cinema ocupou papel fundamental na estruturação da cultura de massa de muitos países da América Latina, sobretudo em países como Argentina, México e Brasil. Ao mesmo tempo em que os filmes romanceados ou de aventura, aparentemente comprometidos apenas com o entretenimento, aglutinavam as expressões culturais dos vários rincões de cada um desses territórios, as grandes salas serviam também para a veiculação de cine-jornais para a propaganda populista dos governos, que exibiam ali cenas do

¹⁵ CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias, São Paulo: Contexto, 2005, p. 46 e 47.

¹⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesús; Dos Meios às Mediações, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 254.

suposto desenvolvimento nacional em regiões distantes, pouco mais do que abstrações para a maioria dos cine-espectadores.

Ao mesmo tempo em que o cinema latino-americano, na primeira metade do século XX, alcançava expressão popular suficiente para mobilizar a população a causas nacionais, outros veículos de informação e formação eram também decisivos no delineamento da identidade desses países, tais como a própria escola, o circo (muito importante como transmissor cultural na Argentina) e o rádio. “O cinema, em alguns países, e o rádio, em quase todos, proporcionaram aos moradores das regiões e províncias mais diversas uma primeira vivência cotidiana da Nação”¹⁷, observa Martín-Barbero.

No Brasil, um outro elemento comunicacional foi essencial na busca da consolidação da nação brasileira, diferentemente do que ocorrera em outros países da região: a música miscigenada, desde seus primeiros acordes locais, carregou sentimentos que ajudaram a cimentar culturalmente aquela colcha de retalhos étnica que abrigava o gigantesco estado na primeira metade do Século XX. Neste particular, Martín-Barbero diz que a música advinda do negro foi fundamental na representação dos sentimentos nacionalistas, de norte a sul do grande território. No caso argentino, foi mais decisiva a influência do rádio (música popular, declamadores, partidas de futebol e, a partir de 1931, por excelência, o radioteatro), que lá chegou já no início dos anos 20.

Todos esses veículos se associaram e serviram (deliberadamente ou não) aos anseios nacionalistas dos povos em busca da própria identidade e acabaram fusionando as suas mensagens ao discurso do establishment nacional e dos próprios governos, muitos deles anti-democráticos.

A respeito dessa validação dos conceitos dominantes pelo discurso da mídia, o sociólogo Douglas Kellner, em seu livro *A Cultura da Mídia*, fala do uso dos meios de comunicação e de suas representações (conceito já citado aqui por Charaudeau) como forma de “naturalizar” determinados preceitos:

¹⁷ Ibidem, p. 242

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são”. Os textos culturais populares naturalizam essas posições e, assim, ajudam a mobilizar o consentimento às posições políticas hegemônicas.¹⁸

Ainda no século XIX, nasce nesses países latino-americanos uma imprensa popular de massas, representada por publicações populares “como as *gacetas* na Argentina ou a literatura de cordel, no Brasil, que misturavam o noticioso ao poético e à narrativa popular”.¹⁹ Nas primeiras décadas do século XX, o poético perde espaço e surgem os embriões do que seria chamado depois de mídia sensacionalista, incluída conceitualmente no bloco de conteúdo da já citada “zona branda” da informação, espaço que acaba sendo decisivo na dissipação de conceitos populares.

E depois de décadas em que as mídias se aglutinaram ao anseio social e político da construção do ser nacional, surge a partir do final dos anos 50 e início dos anos 60 o eixo constituído pelo desenvolvimentismo, conforme observa Martín-Barbero.

Se a primeira versão latino-americana da modernidade teve como eixo a idéia de Nação – chegarem a ser nações modernas –, a segunda, no princípio dos anos 60, estará associada à idéia de desenvolvimento. Versão renovada da idéia de progresso, o desenvolvimento é concebido como um avanço objetivo, isto é, um crescimento que encontraria seu expoente quantificável no crescimento econômico e sua consequência “natural” na democracia política. (...) A democracia, assim, aparece como “subproduto da modernização”²⁰.

E nesse contexto, a televisão salta como difusor central, com a capacidade de trazer à unidade mesmo a diversidade cultural mais distante do centro do poder e fragmentada étnica e geograficamente. A TV assume assim o papel de espécie de combustível para o motor desse desenvolvimento.

¹⁸ KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. Bauru, SP: Edusc, 2001. p. 81.

¹⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesús; Dos Meios às Mediações, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 257.

²⁰ Ibidem, p. 260.

As ditaduras militares que eclodem nesse período tanto no Brasil quanto na Argentina passam a controlar o veículo – ainda que em sua maioria nas mãos da iniciativa privada – para propagar idéias sobre a unidade e a identidade nacionais. A TV, dessa forma, incorpora o discurso do poder político dominante. As emissoras adotam conceitos de linguagem televisiva predominantes nos Estados Unidos, segundo os quais, para falar ao máximo de pessoas, deve-se exigir o mínimo de esforço decodificador e chocar minimamente os preconceitos sócio-culturais das maiorias.

A TV torna-se, assim, a partir da segunda metade do Século XX, a espinha dorsal desse discurso nacionalista dos principais países latino-americanos, mas outros meios como o rádio se mantêm como fortes emissores na busca de um senso comum em favor da identidade coletiva. No Brasil, a televisão ocupa, já nas duas primeiras décadas de existência, espaços mais importantes do que ocorre na Argentina, onde o rádio e os jornais mantêm, então, maior protagonismo de recepção na massa.

Nesse contexto, em que os meios de comunicação, em formatos e condições diferentes, praticamente atravessaram o século XX emanando conceitos que acabaram legitimando os anseios das massas desses estados em busca do “eu” nacional, o terreno foi fértil para a emissão de expressões de hipotética superioridade de uma nação sobre a outra. No caso Brasil/Argentina, como se verá em capítulo posterior deste estudo, as condições fundamentais para a estigmatização da imagem nação vizinha partem de uma rivalidade fundada no real, nos primórdios da convivência bilateral. Tais conceitos, no entanto, perpassam o tempo e perduram como resultado de um processo de revalidação do conteúdo histórico em que os meios e as mediações são protagonistas.

1.3 – O reforço da mídia e a televisão

Em *Sobre a Televisão*, livro com base em aulas do filósofo e sociólogo francês Pierre Bourdieu, a informação difundida pela TV é considerada como um instrumento de “violência simbólica” – exercida com a cumplicidade tácita daqueles

que sofrem essa violência e dos que a exercem, uma vez que tais processos são inconscientes para ambos. Neste sentido, escreve Bourdieu, a pressão da audiência tende a produzir uma mensagem universal para um público obviamente diverso. Isso leva a uma simplificação do conteúdo dessa mensagem que ele define como a “banalização” da informação. Esse processo, na visão do autor, é mais notório na TV do que em meios impressos. Mas Bourdieu, mesmo centrando sua análise na realidade da França da década passada, apressa-se a observar que “uma proporção muito importante de pessoas não lê nenhum jornal; que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações.”²¹

Esta realidade é tanto mais verdadeira no Brasil (embora sirva também para a Argentina), país de analfabetismo elevado e dimensões continentais, em que o hábito da leitura é atividade pouco comum a boa parte da população.

A simplificação dos fatos embalados numa espécie de “fast-food” informativo, tende a oferecer à população os denominados “fatos omnibus” (que Bourdieu entende como notícias capazes de impactar todo mundo, mas sem conseqüências, destituídas de importância, que atuam apenas como curiosidades suficientes para ocupar algum tempo do telespectador em geral, que embarca nesse tipo de informação coletivamente – por isso omnibus).

Outra característica básica desse tipo de informação é o tempo que ela demanda. Entende-se que na TV uma notícia só interessa se for contada de maneira rápida, e sobre isso o sociólogo questiona. “Pode-se pensar com velocidade? (...) Ora, trate-se de um discurso, de um livro ou de uma mensagem televisual, o problema maior da comunicação é de saber se as condições de recepção são preenchidas; aquele que escuta tem o código para decodificar o que estou dizendo?”²², questiona Bourdieu. Para ele, essa comunicação feita de forma acelerada só pode ser emitida pelos chamados “fast-thinkers”, intelectuais capazes de pensar sobre questões complexas muito rapidamente, mas que ele entende serem pessoas que trabalham com “idéias feitas”. Tais conceitos são também universalizados e, portanto, já aceitos pelo receptor. “Quando emitimos uma “idéia

²¹ BOURDIEU, Pierre; Sobre a Televisão, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1997, p. 23.

²² Ibidem, p. 40.

feita” é como se isso estivesse dado; o problema está resolvido. A comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe”.²³

Bourdieu explica que esses lugares-comuns, que desempenham papel na conversação cotidiana, têm a virtude de que todo mundo pode admiti-los e admiti-los instantaneamente: por sua banalidade, são comuns ao emissor e ao receptor. “Ao contrário, o pensamento é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as “idéias feitas” e deve em seguida demonstrar”.²⁴ Nesta direção, Bourdieu considera que o pensamento complexo demanda tempo, assim como a apreensão de idéias complexas, algo que não cabe no modelo vigente de televisão.

Tais idéias-feitas, conforme as definições do filósofo e sociólogo francês, são facilmente identificáveis na televisão brasileira e vão em direção ao objeto deste estudo, no sentido de que podem incluir, por exemplo, expressões de preconceito e estigmatização de nações. “Não vamos cair na malandragem dos argentinos. A gente sabe que eles são malandros”. A menção imperativa usada de forma banal em jogo de futebol entre as seleções de futebol de Brasil e Argentina, em 2004, pelo narrador esportivo de maior prestígio no País, Galvão Bueno, apresenta a malandragem como traço cultural inquestionável e natural dos argentinos.

Da mesma forma, quando William Bonner, o apresentador do principal telejornal brasileiro, o Jornal Nacional, justifica seu erro de leitura “por culpa da Argentina”, porque em nota anterior, lida por sua esposa, a outra apresentadora, Fátima Bernardes, a seleção de futebol do país vizinho aparecera no ranking da Fifa à frente da seleção brasileira, ele está também convalidando a condição dos argentinos como os mais diretos algozes de nossos interesses nacionais, tema de capítulo a parte, mais adiante.

Exemplos como esses, comuns na TV brasileira, mostram como o meio é protagonista e indutor das mediações culturais, conforme analisa Orozco.²⁵ “(...) A TV é ao mesmo tempo um meio técnico de produção e transmissão de informação e uma instituição social, produtora de significados, definida historicamente como tal e

²³ Ibidem, p. 40.

²⁴ Ibidem, p. 41.

²⁵ OROZCO, Guillermo. “Apuntes para um debate sobre el impacto cognoscitivo de la televisión”. Guadalajara, México: ITESO. 1985, p. 13.

condicional da política, econômica e culturalmente. Essa dualidade da TV confere a ela um caráter especial e a distingue de outras instituições sociais, uma vez que isso lhe dá certos recursos para aumentar o seu poder legitimador diante da audiência”.

No artigo Comunicação de Massa, Gosto Popular e a Organização da Ação Social, de Robert Merton e Paul Lazarsfeld²⁶, os autores recorrem a um pensamento parecido, embora dirigido aos meios de massa em geral. “É fato evidente que os mass media elevaram o nível de informação das grandes populações. Sem intenção consciente, porém, o aumento de dosagem das comunicações de massa pode estar transformando, inadvertidamente, as energias dos homens, levando-os de uma participação ativa a um mero conhecimento passivo”.²⁷

Para eles, esse mecanismo comunicativo provoca um conformismo social, alimentado na comunicação que se utiliza “da presença típica de algum elemento de confirmação e aprovação da atual estrutura da sociedade em histórias de revistas, programas de rádio e colunas de jornais. E essa continuada reafirmação reforça o dever de aceitar”²⁸, opinam Merton e Lazarsfeld. Mais adiante, ressaltam que a influência que os meios de comunicação de massa têm exercido sobre sua platéia deriva não somente do que é dito, porém, mais significativamente, do que não é dito, porque os meios “não somente continuam a afirmar o status quo, mas na mesma medida, deixam de levantar questões essenciais sobre a estrutura da sociedade.”²⁹

Essa reafirmação dos valores cotidianos pela mídia e o reforço e a construção da realidade é tema abordado também por Gaye Tuchman.³⁰ A socióloga americana diz que a definição de notícia depende da própria estrutura da sociedade em questão.

²⁶ In Teoria da Cultura de Massa; Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 109.

²⁷ Ibidem, p. 120.

²⁸ Ibidem, p. 121.

²⁹ Ibidem, p. 121.

³⁰ TUCHMAN, Gaye – “News as a Constructed Reality”, in Making News: a Study in the Construction of Teality, New York, 1978, The Free Press.

A estrutura social produz normas, incluindo atitudes que definem os aspectos da vida social que são do interesse ou tem importância para os cidadãos. É suposto que as notícias digam respeito a esses tópicos reconhecíveis. Socializados nessas atitudes sociais e nas normas profissionais, os jornalistas cobrem, selecionam e difundem histórias sobre os temas identificados como interessantes ou importantes. Em virtude do cumprimento desta função por parte dos jornalistas, as notícias refletem a sociedade: as notícias apresentam à sociedade um espelho das suas preocupações e interesses.³¹

É compreensível essa interação entre a mídia e a sociedade, como reflexo um do outro, porque a mídia não está fora do mundo que pretende retratar, conforme cita o estudo de Jacks, Machado e Muller.

(A mídia) é imperfeita, complexa e inacabada como ele (o mundo a ser retratado), e em seu interior se movem sujeitos plenos de pensamentos, idéias e interesses a defender. Mesmo quando estes interesses parecem ter validade universal, jornalistas são sujeitos que lutam para conciliar seus critérios éticos e jornalísticos (o seu “news judgement”) com as informações que julgam relevantes – e organizadas do ponto de vista que consideram mais adequado. Por que há tanta angústia em torno da expressão “subjetividade”? Talvez porque uma parte da teoria do jornalismo, ao defender a precisão, a exatidão, a clareza (que abomina a ambigüidade) e o equilíbrio como critérios pragmáticos para evitar o erro, a inverdade, a fraude e a manipulação, tenha aglutinado esses eixos norteadores da ação sob a égide de uma idealizada “objetividade” (cuja coexistência com a subjetividade ainda hoje é vista por muitos como impossível).³²

Há nessa direção também o conceito de “ilusão discursiva”, cunhada por de Michel Pêcheux, previamente citado na abertura desta dissertação. Ele define que no discurso ocorre o fenômeno do “esquecimento” sem o que “nenhuma enunciação seria possível”. “No primeiro tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de não ser a fonte única e original de seu pensamento. Cria a ilusão de que é o senhor de seu discurso e de suas falas.”³³ No jornalismo, avalia, esse apagamento pode ser identificado em muitos momentos, especialmente na relação com as fontes da informação. “É comum que o jornalista se utilize não só da visão sobre a realidade

³¹ TUCHMAN, Gaye, As Notícias como uma Realidade Construída, in Comunicação e Sociedade, Esteves, João Pissarra (org)., Lisboa: Horizonte, 2002.

³² Jacks, Machado e Müller – Programa de Pós Graduação da UFRS, Porto Alegre, 2001.

³³ PÊCHEUX, Michel. A análise automática do discurso. In: Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. F. Gadet e T. Tak (Orgs.). Campinas: Unicamp, 1990.

fornecida pelas fontes, mas também de suas expressões. Em muitos momentos, assume as perspectivas de enunciação de outros pensando serem as suas. No momento em que produz o texto, considera-se o dono deste discurso, seu autor”.³⁴

Com base nesse acervo de elementos conceituais já citados, a respeito da transmissão cultural da informação e da análise do discurso, podemos vislumbrar os caminhos que a estigmatização da Argentina pelo brasileiro percorreu nessa viagem desde o último tiro disparado numa guerra entre ambos. A revalidação dos de conceitos e preconceitos levada a cabo por meios como da a cartilha escolar, o cinema, jornais sensacionalistas, rádio, televisão e todos os meios hoje amalgamados na web configuram alimento suficiente para não apagar da memória o ranço pelos confrontos efetivos dos quais já nem lembramos.

³⁴ Ibidem

2. Uma história de diferenças

2.1 – Colombo, o embrião da rivalidade

Na análise que nos propomos fazer da origem da rivalidade e do papel dos meios de comunicação na estigmatização da imagem da Argentina e dos argentinos pelos brasileiros no decorrer do tempo, se faz fundamental observar a fundo a história comum dos dois países e alguns aspectos da historiografia de cada um dos lados. Sem essas informações, seria impossível entender o caminho percorrido pelos conceitos e preconceitos anti-argentinos no Brasil ao longo de quase dois séculos.

Pode-se dizer que a rivalidade entre brasileiros e argentinos tenha sido concebida ainda antes da ocupação da América do Sul por portugueses e espanhóis, alguns anos antes do próprio Tratado de Tordesilhas, assinado por Espanha e Portugal em 7 de julho 1494. O embrião da futura antipatia mútua se dá quando o então desconhecido navegador Cristóvão Colombo, um genovês que havia oferecido os seus serviços ao reino de Portugal, mas foi desprezado, alcança a América em nome dos reis espanhóis, mesmo que pensando ter chegado às Índias dando a volta ao mundo.

Naquele momento, Portugal era a potência naval da Europa e corria bem à frente da Espanha pelo domínio do tráfego marítimo até o Oriente e o conseqüente pelo controle do comércio de especiarias. Passo fundamental nesse sentido havia sido dado em 1487, quando Bartolomeu Dias dobrou o Cabo da Boa Esperança, no Sul da África, até então denominado Cabo das Tormentas, devido às fortes correntezas e ventos quase sempre fatais aos navegadores.

Para Portugal, a perda da primazia na descoberta de terras na direção do sol poente havia sido um duro golpe, diante dos investimentos feitos e de sua antecedência nas conquistas marítimas. Inconformado, o reinado português decidiu cobrar direitos por terras ainda mal conhecidas do outro lado do Atlântico.³⁵

Para tentar evitar um confronto entre as duas nações católicas, o Papa Alexandre VI, investido dos poderes de árbitro máximo da cristandade, foi prudente

³⁵ SCENNA, Miguel Ángel. Argentina – Brasil, Cuatro Siglos de Rivalidad. Ediciones La Bastilla, Buenos Aires, 1975. P. 13.

e definiu por conta própria em 1493, por meio da “segunda bula” alexandrina, que terras descobertas para além de 100 léguas a Oeste das Ilhas do Cabo Verde seriam espanholas e as que estivessem a Leste dessa linha, portuguesas.

Mas Portugal não se contentou com a demarcação papal, porque percebeu que no espaço que lhe caberia não havia senão água do Atlântico e, então, buscou uma redefinição da divisão, obtida com Tordesilhas. O tratado pacificador definiu que a linha correria de Norte a Sul a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde.

Ao avistar o Monte Pascoal, em 22 de abril de 1500, Portugal contava, pelas regras do acordo, com uma significativa porção de terras a desfrutar. Porém, as prioridades portuguesas naquele momento rumavam em direção oposta. Ano antes da descoberta do Brasil, o navegador Vasco da Gama havia chegado a Calicut, na Índia, e estabelecido a rota e a base para o tráfego das ultra-valiosas especiarias, que serviam para conservar e dar sabor sobretudo à carne.

A façanha de Vasco da Gama havia sido um troco e tanto à Espanha e representava a vitória na corrida mais importante das navegações naquele momento, a do controle dos caminhos e de bases comerciais no Oriente. “Ao mesmo tempo, os espanhóis vagavam desorientados por inóspitas costas tropicais, barreira em seu caminho ao poente, e que só ofereciam tribos selvagens perigosas, um clima infernal, penúrias e enfermidades”.³⁶

Dada essa opção comercial, por pelo menos duas décadas os portugueses pouco se preocuparam com as terras recém-descobertas, ainda que enviassem para o Brasil embarcações com feitores e degredados, na tentativa de pelo menos demarcar a possessão.

Apesar disso, foram curiosamente os portugueses que acabaram por denominar “Argentina” o país hoje vizinho e rival. Uma expedição portuguesa de 1502 chegou à embocadura do rio, que se confunde com o mar em sua porção mais larga, ao Sul, e equivocadamente o denominou Rio da Prata, com base na crendice de então, de que pelo rio se alcançaria uma inexistente Serra da Prata, mais ao Norte. Consta que dessa expedição teria participado Américo Vespúcio, navegador cujo nome acabaria denominando depois todo o continente. Embora constatada a inexistência

³⁶ Ibidem, P. 15.

de prata nas proximidades do rio e de seus afluentes, o nome se manteve e acabou gerando denominações associadas, como “região platina” e “províncias do Prata”. Logo em 1536, o derivado “argentina” (do latim “argentum”, prata) foi usado pela primeira vez num mapa veneziano e, em 1602, num poema espanhol intitulado La Argentina.

As denominações “argentinos” e “argentina” tornaram-se usuais para designar a região e seu povo, mas durante quase 300 anos eram apenas codinome para a porção de terra espanhola ao Oeste dos rios da Prata e Uruguai. Até que em 1826 – durante a guerra pela disputa da região Cisplatina (que se tornaria o Uruguai) – o país já independente adotou pela primeira vez a denominação de República Argentina, para um conjunto de províncias comandadas pelo ditador Juan Manuel Rosas. Em 1853, com a unificação de todos os territórios num só país, a partir da anexação da província de Buenos Aires, o país tornou-se Confederação Argentina, tendo depois retornado a República Argentina, nome que se mantém até hoje.

Seria justamente o Rio da Prata, sempre namorado pelos portugueses, o núcleo concentrador das controvérsias entre Portugal e Espanha na América. Pelo Tratado de Tordesilhas, aquelas terras pertenciam à Espanha. Mas o controle da entrada do caminho fluvial, entendido como acesso fundamental ao centro da América do Sul, era visto como estratégico pelos portugueses, já que boa parte das terras ao Leste dos rios da Prata e Uruguai já estavam sob seu domínio ou eram fortemente pretendidas.

2.2 Bandeirantes: heróis aqui e piratas lá

Os desbravadores de terras em direção ao Oeste do continente, que partiam de São Paulo, em nome da coroa portuguesa, denominados Bandeirantes, merecem uma menção especial neste capítulo histórico. Transformados em heróis pela historiografia brasileira (hoje ocupam nomes de colégios, ruas e vias importantes, principalmente em São Paulo, o seu berço histórico), foram desde cedo entendidos pelos habitantes hispânicos da região do Prata como “espécie de piratas” terrestres

(conforme escreveu o historiador contemporâneo argentino Felix Luna)³⁷, por invadirem terras que não lhes pertenciam, saquearem cidades de territórios que depois seriam os atuais Paraguai e Argentina e desmantelarem povoados como os das Missões Jesuítas – onde fizeram entre outros inimigos os índios guaranis, boa parte então catequizados e fiéis aos desígnios dos padres da Companhia de Jesus, que havia criado nos séculos XVI e XVII cerca de 70 povoados na região platina, quase uma nação.

Estas agressões bandeirantes teriam conseqüências futuras aos portugueses em dois episódios descritos na história argentina como vitórias de um país ainda em constituição, a partir do século XVI. O primeiro deles foi a batalha de Mbororé, em 1641, quando pela primeira vez, depois de terem abandonado por vezes seus redutos, transferindo-se populações a outros povoados, para evitar os ataques brasileiros, jesuítas e guaranis armaram-se e aniquilaram uma expedição bandeirante no Nordeste argentino, à margem do Rio Uruguai. Consta que, prevendo o ataque dos Bandeirantes, os jesuítas organizaram um verdadeiro exército com 10 mil homens, pediram à Coroa Espanhola permissão para armar os índios de seus povoados e, a partir do dia 11 de março de 1641, receberam em fúria os invasores.

O historiador argentino Felix Luna conta em seu livro *Conflictos y Armonias en la Historia Argentina* que os combates se estenderam por quatro dias. E os poucos brasileiros sobreviventes fugiram embrenhando-se pelas florestas da região, sendo mesmo assim perseguidos e massacrados pelo exército guarani. A partir de então, segundo a história Argentina, os Bandeirantes não mais incursionaram pelos espaços das missões jesuíticas, sendo a referida batalha um episódio de valor cívico na visão historiográfica local, já que teria garantido a manutenção de territórios que, de outra forma, acabariam tomados pelos portugueses-brasileiros.

Luna, considerado um dos principais historiadores contemporâneos argentinos, não acredita, porém, que menções como as que ele próprio faz em seus livros (“bandeirantes, espécies de piratas”) tenham servido para alimentar a rivalidade entre os países.

³⁷ LUNA, Felix; *Breve História de Los Argentinos*. Editorial Planeta, Buenos Aires, 1993 y 1997.

É natural que cada país escreva a sua história a partir de seu ponto de vista. E não acredito que resida nisso o que resta de rivalidade ainda hoje entre os dois países. Acredito que neste momento estejamos vivendo uma fase de muita aproximação, de muita amizade, já que os confrontos entre os países ocorreram há tanto tempo.³⁸

2.3 - Colônia do Sacramento, o epicentro

O segundo episódio envolvendo a ira guarani contra as expedições brasileiras se dá mais ao Sul, em terras pertencentes hoje ao Uruguai, às Margens do Rio da Prata, lugar que se tornaria o epicentro geográfico dos conflitos entre portugueses e espanhóis e, depois, conseqüentemente, entre brasileiros e argentinos. Tudo começa com a fundação silenciosa da fortificação de Colônia do Sacramento pelos portugueses, entre 20 e 28 de janeiro de 1680, em posição estratégica, bem de frente para Buenos Aires, a uma distância de 40 quilômetros pelas águas barrentas do Rio da Prata.

A cidade, que ainda existe em território uruguaio e que guarda preciosidades históricas do período das guerras, serviu, em seu primeiro momento, tanto como mensagem portuguesa aos espanhóis de que entendia e pretendia como próprio tudo o que estivesse a Leste do Rio da Prata, como, do outro lado, funcionou como elemento de afirmação de Buenos Aires como núcleo catalisador das forças platino-hispânicas contra os desafetos brasileiros.

Portugal erigiu a fortificação “como posto militar avançado para assegurar à coroa portuguesa uma “fronteira natural” entre seus domínios e os da Espanha, ao Sul do continente, assim como livre acesso à navegação e ao comércio platinos, consoante o princípio geopolítico de que o poder que dominar a desembocadura controlará o rio.”³⁹

³⁸ Declarações dadas em entrevista pessoal concedida a este pesquisador pelo historiador Felix Luna, em seu escritório, em Buenos Aires, em 23 de março de 2007.

³⁹ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil – A Balança do Poder no Cone Sul, São Paulo: Annablume, 1996, p. 25.

A fundação de Colônia ocorreu no contexto do recrudescimento da rivalidade luso-castelhana, após intervalo de 60 anos (1580-1640) de união das coroas ibéricas. Ao tomar conhecimento da presença portuguesa do outro lado do rio (algo que teria ocorrido meses após a chegada dos portugueses ao local, dada à larga distância entre uma margem e outra naquele trecho), o governador de Buenos Aires, José Garro, enviou ao chefe da expedição portuguesa, Don Manuel de Lobo, um ultimato determinando desocupação. Lobo respondeu propondo continuar a instalação portuguesa no local e remetendo à diplomacia a decisão sobre a posse daquelas terras. Alegou que os objetivos eram “totalmente pacíficos” e que apenas pretendia, a partir daquele posto avançado, comercializar com Buenos Aires.⁴⁰

Ocorreu, então, uma rara aglutinação de interesses das várias províncias hispânicas da região, a partir de convocatória feita por Buenos Aires, para atacar e afastar dali os invasores portugueses. Tropas de Córdoba, Tucumán e La Rioja foram enviadas para juntar-se às de Buenos Aires. Além disso, Garro obteve dos jesuítas um exército de três mil índios guaranis, reconhecidamente inimigos dos portugueses, dado o passado recente de agressões bandeirantes à região das Missões.

Com exército pronto, foram consultadas as chamadas “forças vivas” de Buenos Aires (autoridades do governo local, autoridades eclesiásticas, grandes comerciantes locais, funcionários da coroa espanhola e personalidades da região) para obter aval para o ataque, já que naquele instante Espanha e Portugal viviam em paz e o confronto poderia gerar um problema diplomático grave. O aval foi dado e Colônia atacada, a 7 de agosto de 1680, o que resultou num “massacre horrível”. “Os guaranis mataram quase todos os pobres colonos, muitos deles lavradores. O próprio Manuel Lobo foi feito prisioneiro e morreu anos depois”.⁴¹

O episódio é considerado por muitos historiadores (como Felix Luna) como uma primeira guerra argentina, já que pela primeira vez várias províncias platinas haviam se unido para lutar em conjunto, convocados e organizados por Buenos Aires, naquele momento apenas a porta de entrada para o continente, desdenhada por

⁴⁰ LUNA, Felix; Breve História de Los Argentinos. Editorial Planeta, Buenos Aires, 1993 y 1997, P24.

⁴¹ Idem, p. 25.

outras províncias espanholas mais organizadas e cultas, como Córdoba (que já possuía uma universidade), Santiago Del Estero ou Assunção. A partir desse confronto com os portugueses, porém, a cidade assume papel político protagonista, condição que persistiu até a Argentina moderna.

Num tratado em 7 de maio de 1881, denominado Tratado Provisional de Lisboa, Portugal obtém dos espanhóis a permissão de retomar Colônia, ainda que sem obter o direito ao total das terras orientais do Prata. Os espanhóis, prestes a iniciar guerra contra os franceses, precisavam do apoio português. Nesse contexto, “de que servia uma miserável aldeia do outro lado do mundo?”⁴²

Os portugueses, assim, reincorporam a cidade em 1883. Mas as idas e vindas pelo controle do lugar seriam incontáveis durante quase 150 anos. Logo no início do século seguinte, após vários ataques platinos, a cidade cai de novo em mãos espanholas. Em 1722, com Colônia já de novo em mãos portuguesas, devolvida pelos espanhóis ao final de guerras na Europa em que a Espanha havia sido derrotada e de sinais de desenvolvimento comercial do lugar, os platinos decidem fundar Montevideú, na baía do mesmo nome, como forma de confrontar o controle português na região.

Após período de mais de três décadas de controle português relativamente estável na porção de terra em torno de Colônia, eis que em 1750 um novo tratado faz da cidade e da margem esquerda do Rio da Prata moeda de troca portuguesa para a constituição do que viria a ser praticamente o mapa do Brasil atual. Naquele momento, uma nova guerra entre portugueses-brasileiros contra os índios guaranis das missões jesuítas alinhados com os espanhóis-argentinos se arrastava por quatro anos, em terras a leste do Rio Uruguai.

O chamado Tratado de Madri define então, em resumo, a troca de Colônia do Sacramento e do controle da Bacia do Prata (para a Espanha) pela Bacia Amazônica e as Sete Missões Jesuíticas (para Portugal). Dessa forma, Portugal somou aos 2,8 milhões de km² garantidos pelo Tratado de Tordesilhas outros 5 milhões de km². Ao mesmo tempo, a Espanha passava a não ver mais ameaçados

⁴² SCENA, Miguel Angel. Argentina – Brasil, Cuatro Siglos de Rivalidad. Ediciones La Bastilla, Buenos Aires, 1975. p. 47.

os territórios em torno do Rio da Prata. E para consolidar o novo acordo geográfico, os espanhóis constituem em 1763 o Virreinato (Vice-reinado, em português) do Rio da Prata, que englobava o que hoje são a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e Bolívia (região denominada, então, de Alto Peru), um enorme conglomerado de terras de 5 milhões de quilômetros quadrados, com capital em Buenos Aires.⁴³

Os dois novos gigantes resultantes do tratado, contudo, tinham concepções sociais e políticas bastante diferentes. Portugal havia conquistado terras em regiões totalmente despovoadas, em grande parte tomadas por florestas densas, enquanto que o principal virreinato espanhol anexara a Buenos Aires “territórios densos e administrativamente coesos (como o de Alto Peru ou do Paraguai), que, ou funcionavam com razoável autonomia, ou dependiam de outros centros do poder espanhol. Isto fazia da nova jurisdição uma unidade muito mais superficial.”⁴⁴ Nesse sentido, o Brasil detinha maior controle de suas posses do que o virreinato espanhol recém-constituído.

2.4 - A independência e a manutenção da rivalidade

O domínio de Espanha e Portugal por Napoleão incidiu fortemente no futuro das duas colônias ibéricas sul-americanas. Por um lado, a fuga de Dão João VI para o Brasil em 1808 e a conseqüente transferência da administração do reino e de alguns dos patrimônios imperiais para o Rio, como a imprensa oficial, resultaram numa espécie de emancipação de um país até então preso às rédeas portuguesas. Na Argentina, os ventos da independência sopraram forte, primeiro em maio 1810, quando o vice-reinado declarou-se não subordinado ao novo governo napoleônico, que derrubara o reinado de Carlos IV, e depois, em 1816, quando, já sem Napoleão no controle, foi declarada a independência definitiva, a partir das guerras libertárias encabeçadas pelo general José de San Martín.

⁴³ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil – A Balança do Poder no Cone Sul, São Paulo: Annablume, 1996, p. 26.

⁴⁴ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada. Editora 34: São Paulo. P. 29.

Ocorre então um novo episódio curioso. Dão João estava casado com Carlota Joaquina, jovem filha de Carlos IV, deposto por Napoleão. E embora a relação do casal fosse considerada difícil, João volta à carga pela posse de Colônia e vizinhanças, tendo como pano de fundo a criação de um novo estado luso-espanhol, que incorporaria tudo o que fosse a região hoje ocupada pelo Uruguai, e quiçá Buenos Aires, e que teria o comando da espanhola Carlota e de seus descendentes.⁴⁵ A idéia, que teria sido bem vista para a paz na região por nomes importantes do poder de Buenos Aires daquele momento, como o general Belgrano, Pueyrredon e Mariano Moreno (que viam na proposta uma forma pacífica de independência da província da coroa espanhola), não seguiu adiante por oposição da Inglaterra, que via na hipotética união o surgimento de uma super-potência européia com fortes tentáculos no Sul da América, barreiras para as suas pretensões comerciais na região. O próprio João VI teria mudado de idéia à medida em que azedava a sua relação com Carlota, sempre pendente em favor dos interesses espanhóis, em detrimento das intenções portuguesas.⁴⁶

Logo depois, a partir de 1811, os portugueses desafiam uma vez mais o controle espanhol na “banda oriental” do Prata e invadem Montevideú, sob a justificativa de dar apoio à resistência local contra a decisão de Buenos Aires de independe-se da Espanha sob Napoleão. Deixam a região após negociação com os platinos, mas voltam a invadir a cidade e a tomar o controle de toda a chamada província Cisplatina – hoje o Uruguai -- em janeiro de 1817, resistindo às ofensivas das então já independentes Províncias Unidas do Prata.

Em 1822, o território é anexado formalmente ao Império brasileiro, logo após D. Pedro I proclamar a independência do Brasil. A partir de então, germina aquela que seria a principal guerra entre Brasil e Argentina (“Guerra Cisplatina”, na história brasileira e “Guerra del Brasil”, pela historiografia Argentina), o primeiro e único confronto bélico direto dos dois estados já independentes.

⁴⁵ http://www.arqnet.pt/dicionario/carlota_joaquina.html (edição papel, 1904-1915, João Romano Torres – Editor)

⁴⁶ CARVALHO, Carlos Delgado de. História Diplomacia do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 53)

A guerra é oficialmente declarada em agosto de 1825, após ofensiva das Províncias Unidas do Rio da Prata para a retomada de Montevideu e Colônia do Sacramento. E dura até julho de 1828, quando por intervenção da Inglaterra, é criado o estado tampão do Uruguai (primeiramente denominado República Oriental e mais tarde República Oriental do Uruguai). “Colocamos um algodão entre dois cristais”, teria dito Lord Ponsomby, encarregado do governo inglês das negociações entre os dois países.⁴⁷

A partir de então, Argentina (cujo nome, então, havia sido oficializado em 1826) e Brasil conviveram pacificamente até 1951.

É importante salientar que os processos de independência dos dois países foram diferentes e com conseqüências bem diversas. O Brasil deixou de pertencer a Portugal “por meio de um “arranjo político” entre o príncipe regente português e a oligarquia agrária nativa (cf. Prado Jr., 1972:48)”.⁴⁸ A aliança entre a dinastia Bragança e os grandes proprietários rurais, para a manutenção do sistema monárquico, conseguiu “exorcizar o fantasma da anarquia interna, preservando intacta a unidade política e a integridade territorial do império recém-fundado.”⁴⁹

Ao contrário, o Virreinato do Prata, cuja independência ocorreu pela via republicana, mergulhou a partir de 1810 num processo de incessantes guerras internas entre províncias que duraria cerca de 50 anos, até a unificação do país. Primeiro, ocorreu a secessão das províncias mais distantes de Buenos Aires. Deixaram as Províncias do Prata o Paraguai e a Bolívia (Alto Peru) e, mais tarde, desagregaram-se também um trecho do que hoje é o Chile e o Uruguai. Com isso, o território, que num primeiro momento havia chegado a 5 milhões de km², foi reduzido a 2,7 milhões de km².

2.5 - A derrubada de Rosas

⁴⁷ ROMERO, José Luis. Breve Historia de La Argentina. Buenos Aires: Terra Firme, 2004. P. 63 a 74.

⁴⁸ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil – A Balança do Poder no Cone Sul, São Paulo: Annablume, 1996, p.27.

⁴⁹ Ibidem, p. 27.

O Brasil e a Argentina voltariam a confrontar-se em 1851/52, em pleno território argentino. Em meio às persistentes lutas internas entre as províncias platinas, o exército brasileiro foi enviado ao Rio da Prata para interceder contra o ditador Juan Manuel de Rosas. Rosas havia conquistado o poder logo depois da paz com o Brasil na disputa pelo Uruguai, em 1828. Ele liderava o grupo dos federalistas contra os unitários (que não aceitavam o jugo de Buenos Aires e pretendiam independência de suas províncias). Tomou o poder pela força das armas em 1829 com poderes ditatoriais e governou dessa maneira até ser destituído.

O modelo de federação de Rosas era baseado numa aliança com as várias províncias, que mantinham a sua autonomia, mas outorgavam ao governo central o controle das relações exteriores e do comércio exterior, o que conferia a Buenos Aires toda a renda da alfândega, parte considerável dos ingressos de exportação das províncias e o controle total da navegação pelo Rio da Prata.⁵⁰

A política de profundos elos comerciais com a Inglaterra mete a Argentina em guerra com a França, que bloqueia a entrada do Rio da Prata em 1838, reivindicando os mesmos direitos comerciais do vizinho europeu. Cinco anos mais tarde, o regime rosista deixa clara sua intenção de recuperar a porção oriental do Prata. Rosas nomeia Manoel Oribe presidente do Uruguai e suas tropas tentam tomar Montevideú, que resiste sitiada. Acaba por afrontar-se com França e Inglaterra juntas, favoráveis à independência do país recém-criado e da livre navegação no Prata. A pendenga com as potências européias se resolve em 1850, após assinatura de um tratado de paz.

Mas Rosas já não consegue controlar o seu próprio país, mesmo lançando mão de políticas de força e de execução contra alguns de seus principais inimigos. Boa parte das províncias, descontentes com seus super-poderes e a expropriação da riqueza das exportações – principalmente de couro e carne de vaca (o couro representava, então, 50% do total vendido ao exterior), gera um ambiente de descontentamento contra o comando rosista.

⁵⁰ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada. Editora 34: São Paulo, p. 517.

Em 1851, o governador de Entre Rios, Justo José Urquiza, declara independência, ato seguido pela vizinha do Noroeste do território, Corrientes. O Brasil, incomodado com os planos de expansão de Rosas no Uruguai e, provavelmente, no Rio Grande do Sul, assina acordo com Urquiza contra o regime de Buenos Aires. O Uruguai consegue afugentar Oribe e suas tropas.⁵¹

Em seguida, o Brasil, que então possuía uma frota de navios incomparável na região, envia apoio aos insurgentes. Deixa de prontidão 12 mil homens em navios ancorados frente a Montevideú, e outros 4 mil em infantaria e cavalaria por terra, em apoio às tropas de 20 mil homens de Urquiza e outros 2 mil uruguaios, que avançavam por terra, em direção Norte-Sul. As tropas brasileiras, comandadas por Caxias, tomam a fortificação de Monte Caseros e El Palomar, nos arredores de Buenos Aires e têm papel decisivo na derrubada de Rosas, que foge para a Inglaterra no início de 1852.

2.6 - A união contra o Paraguai

A partir de então, surge uma nova Confederação Argentina, que não conta com a província de Buenos Aires. Novas lutas internas ocorrem em 1859, com a anexação de Buenos Aires à união e, 1862, quando, após vencer os federalistas, Bartolomé Mitre assume como o primeiro presidente da Argentina unificada.

A partir do episódio para a derrubada de Rosas, Brasil e Argentina nunca mais se confrontarão com armas. O farão, e muito, apenas no campo diplomático. Naquele momento, ao contrário, os dois países se unem, ao lado do Uruguai, na chamada Tríplice Aliança, contra o general Solano López, na Guerra do Paraguai. Primeiro, eclode uma crise no Uruguai, cujo governo apóia os dissidentes do recém-constituído governo argentino, que pretendem fazer suas exportações por Montevideú, e não mais por Buenos Aires. A ação é coibida em conjunto pelos governos argentino e brasileiro.

⁵¹ Ibidem, p. 519.

Solano López entende a ação contra o Uruguai como uma ameaça ao Paraguai – mas na verdade pretendia expandir o seu território e conquistar uma saída incondicional para o mar, naquele momento sujeita às regras argentinas. Pede ao governo argentino autorização para cruzar Corrientes em direção ao Norte do Uruguai, onde concentravam-se tropas brasileiras. Não recebe o aval de Mitre e, como retaliação, promove ataque a posição militar na província de Corrientes.

Em 1865, Argentina, Brasil e Uruguai (já sob novo governo, alinhado com os argentinos) declaram guerra ao Paraguai. Juntos, os três países, com a liderança do Brasil, derrotam o Paraguai após cinco anos, período em que boa parte da população paraguaia é dizimada, sobretudo a de homens, enviados às frentes de batalha mesmo com a guerra praticamente perdida.

Brasil e Argentina voltariam a ter pendências territoriais em 1881/1882, por terras que envolviam as antigas Missões jesuítas, boa parte dentro do que hoje é o estado brasileiro de Santa Catarina e a província argentina de Misiones. A divergência foi contornada sem luta, mediante um acordo firmado entre os países em 1885.⁵² O Brasil torna-se república, em 1889, e os acordos e as relações cordiais daquele momento com a Argentina são reiterados.

2.7 – Guerra fria pela hegemonia na região

A proclamação da República no Brasil foi comemorada pelo governo argentino, que nutria temores em relação aos objetivos do império brasileiro na região do Rio da Prata. Em sinal de apoio à mudança de modelo governamental no vizinho, determinou que em todo o seu território, estabelecimentos públicos e navios hasteassem a bandeira brasileira ao lado da argentina. O governo provisório de Deodoro da Fonseca retribuiu o agrado, definindo que também no Brasil o pavilhão argentino fosse exposto ao lado do brasileiro em logradouros públicos.

Os sinais diplomáticos de aproximação se reforçaram logo em seguida com um acordo em que o Brasil cedia parte do que hoje é o estado de Santa Catarina ao

⁵² Em “História General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina”, <http://www.cema.edu.ar/ceieg/arg-rree/7/7-047.htm>

governo de Buenos Aires, em 1890. A Câmara dos Deputados rejeitou a concessão, que deixaria o atual Rio Grande do Sul praticamente seccionado do resto do território brasileiro, ligado por faixa terra, a partir do litoral, de apenas 320 quilômetros⁵³. Por intermediação do governo dos Estados Unidos, que naquele momento mantinha melhores relações com a nova república brasileira do que com os argentinos, o veto da Câmara prevaleceu, sem questionamentos por parte da Argentina, então mais preocupada com boas relações com o Brasil, dada a sua situação de beligerância com o Chile. Ambos os vizinhos, naquele momento, travavam disputa fria, ao reforçarem mutuamente seus arsenais com navios de guerra, temendo um ao outro. Esse movimento de reforço militar de chilenos e argentinos acabou fazendo com que o Brasil, até anos antes a grande potência naval da região, perdesse a hegemonia militar da região e se tornasse enfraquecido diante dos dois vizinhos.

Barreiras sanitárias bilaterais afetariam as relações comerciais mais adiante, por causa da febre amarela e cólera, que acometiam o Brasil, e a peste bubônica, do lado argentino. Eram retaliações mutuas com base em escusas por parte de dois países que ainda nutriam diferenças, apesar da cordialidade diplomática que então exibiam.

Diante de um Brasil enfraquecido em sua frota naval, a Argentina inaugurou o Século XX em busca de câmbios no panorama de suas relações políticas com Uruguai e Paraguai, há tempos dominados por governos sustentados pelos desejos dos republicanos brasileiros. E, de fato, em 1905, a Argentina logrou impor o governo de sua preferência em Assunção, ao fomentar um golpe de Estado que empossou o general Benigno Ferreira como presidente paraguaio, após período de rusgas que incluíram o envio pelo Brasil de dois encouraçados, que não chegaram a ser usados, ao Rio Paraguai.⁵⁴

Mas o momento mais agudo entre os países no início do Século XX ocorreu a partir de 1908, quando o Brasil contratou da fabricante de armamentos alemã Krupp

⁵³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870 – 203) – Rio de Janeiro: Revan: 2ª edição. 2003. P. 53.

⁵⁴ Ibidem, p. 65.

um arsenal de 12 novos encouraçados, o suficiente para reequilibrar as forças bélicas regionais. Imediatamente, o governo de Buenos Aires, por meio de seu ministro de Negócios Estrangeiros, Estanislau Zeballos, manifestou preocupação. Em carta privada ao embaixador argentino em Roma, Roque Sáenz Peña, Zeballos propunha abrir conversações para exigir a divisão das encomendas brasileiras com o seu país e, caso não obtivesse êxito, ameaçava com a invasão do Rio de Janeiro.

Começaríamos com discrição e amabilidade, para evitar suscetibilidades, mas em caso de resistência formal do Brasil, lhes avisaríamos que não estamos dispostos a permitir a incorporação dos grandes encouraçados à sua esquadra. Mobilizaríamos 50 mil reservistas da guarda nacional e a esquadra que está em excelente pé e então daríamos ao Brasil oito dias de prazo para resolver sua situação; ao mesmo tempo faríamos gestões na Europa para explicar às grandes potências nossa atitude pela paz e para assegurá-la por muitos anos, ainda que tivermos que passar por um mês de agitações nessa negociação diplomática ou na ocupação do Rio de Janeiro, que, segundo os ministros de Guerra e Marinha, é um ponto estudado e fácil, dada a situação indefesa do Brasil.⁵⁵

Tal pretensão do ministro dos Negócios teria recebido sinal positivo do presidente Figueroa Alcorta. Mas as tratativas internas do governo platino vazaram pelo diário *La Nación*, o que precipitou manifestações contrárias da própria sociedade argentina e a queda de Zeballos. No entanto, insatisfeito, o governo argentino anunciou que faria demonstrações com sua marinha ao longo da costa brasileira. O Barão do Rio Branco, então ministro das relações exteriores, respondeu imediatamente que não admitiria ingerência em assuntos internos e pediu apoio do governo dos Estados Unidos. Este avisou que enviaria preventivamente navios ao porto de Belém do Pará, para o caso de a Argentina cumprir a ameaça de ataques ao Brasil, o que fez o governo de Alcorta de desistir da idéia.⁵⁶ Ameaça superada, o ministro Domício da Gama manifestou-se também em documento interno do governo:

Agora que tudo passou (...) só me ficou uma certeza de que todo esforço será período para tornar amigos estes dois povos. Artificialmente, em algum

⁵⁵ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 109.

momento histórico, será possível a aproximação política: de sentimento não. O argentino não sabe amar e o brasileiro sabe odiar.⁵⁷

2.8 - Século XX, a imagem estigmatizada do outro

No início do Século XX a Argentina era considerada praticamente uma semi-colônia ou o “sexto domínio” do Império Britânico, que controlava as ferrovias e frigoríficos no país e comprava 76% da carne e 34% do trigo exportados pelo país. Do outro lado, a diplomacia do Barão do Rio Branco reorientou a inserção do Brasil no cenário internacional, “deslocando-o paulatinamente para a esfera de influência dos Estados Unidos”.⁵⁸

A guinada foi orientada pelo receio de uma coalizão anti-brasileira pelos vizinhos hispânicos, hipoteticamente controlados pelo governo argentino e, por outro lado, para contrabalançar a excessiva influência britânica na América do Sul (cf. Jaguaribe, 1986:168-9). Além da disputa comercial e diplomática pela supremacia e protagonismo na América do Sul, a rivalidade Brasil-Argentina da primeira metade do século XX misturou-se com a disputa entre ingleses e americanos pela hegemonia comercial e política na região.

Abraçados a opções geopolíticas distintas, os dois países acabaram potencializando internamente a construção estigmatizada do “outro”.

No âmbito das relações bilaterais, cada país produziu de si uma auto-imagem idealizada e construiu do outro uma visão preconceituosa, ambas refletindo parcialmente o descompasso existente entre os processos de desenvolvimento brasileiro e argentino. Na percepção argentina, o Brasil era o portador de uma irrefreável vocação expansionista, herdada do “espírito bandeirante” e da giofagia lusitana; na percepção brasileira, a Argentina acalentava um ethos irredentista, cujo sonho era a restauração do antigo Vice-Reinado do Prata hegemônico por Buenos Aires.⁵⁹

⁵⁷ Ibidem, p 110.

⁵⁸ MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil – A Balança do Poder no Cone Sul, São Paulo: Annablume, 1996, p. 32.

⁵⁹ Ibidem, p. 33 (cf. Jaguaribe, 1986:167-75)

Ao mesmo tempo que o sociólogo e historiador Hélio Jaguaribe define as relações entre Brasil e Argentina como um pêndulo, por entender que desde o início do século XIX o relacionamento entre os dois países oscilou entre o conflito e a cooperação, o general Carlos Enrique Laidlaw, ex-ministro do Planejamento do governo militar de Jorge Rafael Videla, escreveu que "...a confrontação entre a Argentina e o Brasil é estrutural, enquanto as oportunidades de convergência têm sido, em geral, conjunturais e efêmeras, com um saldo político normalmente favorável ao Brasil (...)." ⁶⁰

Tais diferenças geopolíticas observadas por historiadores dos dois lados, são nitidamente expostas durante a Segunda Guerra (na Primeira Guerra, a Argentina declara neutralidade e o Brasil posiciona-se contra o Império Alemão após ter navios bombardeados). Ambos os países, às voltas com golpes e ditaduras militares principalmente a partir de 1930, tomam direções opostas no confronto entre o "eixo" Alemanha-Itália-Japão e os Aliados, liderados pelos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. A simpatia germanófila do governo militar argentino, a partir de 1942, incomoda norte-americanos e ingleses, que pressionam o comando argentino a romper relações, dois anos depois, com Alemanha e Itália. O Brasil, por outro lado, declara-se em guerra após ter navio bombardeado pelos alemães em 1942. ⁶¹

A tensão se acentua entre os governos militares dos dois países, durante os anos 60 e 70, período da Guerra Fria, em que o governo militar brasileiro, paralelamente ao declarar o seu alinhamento aos Estados Unidos na tensão Leste-Oeste, requeria da super-potência o reconhecimento de sua hegemonia continental e econômica no Cone Sul, manifestação esta que nunca foi exposta.

Em 1967, um dos principais ideólogos do governo militar brasileiro, Golbery do Couto e Silva, expressa-se sobre a dimensão das tensões que envolviam a relação Brasil-Argentina naquele momento.

⁶⁰ Ibidem, p. 33 (cf. Laidlaw, 1988:482)

⁶¹ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina: Um Ensaio de História Comparada. Editora 34: São Paulo, p.526 e 532.

(...) é bem mais ao sul, onde o Uruguai, geograficamente meio brasileiro e meio platino, continua a viver e prosperar galhardamente em seu histórico papel de Estado-tampão, é aí onde Las Misiones avançam como uma cunha para o nordeste modelando o gargalo de Santa Catarina, que se define a linha de tensão máxima do campo sul-americano, reforçada como é pela proximidade maior dos centros de força potencialmente antagônicos, seu dinamismo e potencial superiores, a tradição de choques e conflitos que vêm desde o passado colonial e, por fim, se bem não menos importante, uma aspiração hegemônica alimentada além do Prata por uma propaganda tenaz e incansável desde os dias já longínquos de Rosas. Aí, onde não há barreiras que valham, se encontra pois nossa verdadeira fronteira viva.⁶²

Pouco mais adiante no tempo, discordâncias envolvendo os mesmos governos militares a respeito da construção da hidrelétrica de Itaipu, por Brasil e Paraguai foram dirimidas a partir de um acordo cooperativo assinado em 1979. Os anos 80, períodos em que as duas nações vão viver crises inflacionárias agudas, é o momento em que os governos brasileiro e argentino iniciam uma nova relação sócio-comercial, com a assinatura da carta de intenções que anos mais tarde cria o Mercosul. O comércio envolvendo as duas economias dispara, a ponto de chegar ao fim dos anos 90 com uma interdependência comercial nunca experimentada pelos dois lados: o Brasil como o maior comprador de exportações argentinas (em torno de 20% do total), enquanto a Argentina consome em torno de 10% das vendas brasileiras ao exterior (boa parte de produtos industrializados), só atrás dos Estados Unidos.

As declarações de fidelidade regional de ambas as partes são reiteradas pelos governos de Fernando Henrique e Luis Inácio Lula da Silva, pelo Brasil, Carlos Menem, De la Rúa, Eduardo Duhalde e Néstor Kirchner, pela Argentina, ainda que, em momento ou outro, alguns sinais da rivalidade histórica emergissem em declarações descuidadas de lado a outro.

⁶² MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Argentina e Brasil – A Balança do Poder no Cone Sul, São Paulo: Annablume, 1996, p 35 (Couto e Silva, 1967:58)

3.
Nos meios, a transmissão por 180 anos

3.1 No Século XIX, uma imprensa oficialista e para poucos

No período em que brasileiros e argentinos mais se confrontaram de fato, no Século XIX, as notícias sobre as guerras pelas terras do lado Leste do Rio Uruguai ou para a derrubada do ditador argentino Rosas chegaram à população brasileira mal contadas e transmitidas boa parte das vezes pela comunicação oral, não pela imprensa. Naquele momento, os jornais brasileiros eram ainda precários, a maior parte absoluta da população não sabia ler (84% de analfabetos em 1890)⁶³ e a imagem do vizinho se delineava a partir das mediações culturais construídas por fragmentos de informação envolvidos por altas doses de imprecisão e preconceito oficialista.

Considera-se como primeiro jornal brasileiro o “clandestino” Correio Braziliense, nascido em junho de 1808 e editado por 14 anos em Londres pelo brasileiro proscrito pelo Império, Hipólito da Costa, que escrevia o periódico mensal praticamente sozinho e o “exportava” ao Brasil. Era publicação crítica, mas inacessível à maior parte da população e, ao ser feito na Europa, refletia pouco fatos como as disputas por terras no Rio da Prata. Em setembro do mesmo ano, surgiu a Gazeta do Rio de Janeiro, que era o órgão oficial do governo de D. João VI (desembarcado no Rio em fuga das tropas de Napoleão), e fazia das suas edições veículo para as comunicações da corte e exaltação à família imperial. Para se ter idéia, o jornal, que saía às quartas e sextas-feiras, tinha circulação de não mais de 200 exemplares.

Ambas publicações foram pesquisadas por mim no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, mas praticamente nada se encontrou neles a respeito das relações com o vizinho do Sul. Dos poucos jornais disponíveis da época, um deles, o Farol Paulistano (bissemanário privado, fundado em fevereiro de 1827, o primeiro a ser impresso e editado em São Paulo), é um bom exemplo para a análise de conteúdo transmitido no período. Era publicação privada, mas não se pode defini-lo como independente. Mesclava a cobertura oficial dos trabalhos dos conselhos de governo como crônicas a respeito de eventos históricos.

⁶³ ORTIZ, Renato, A moderna tradição brasileira, São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 23.

A abertura da primeira página era feita quase sempre com o título “Espírito da Câmara dos Senhores Deputados” ou “Conselho do Governo desta Província” e, a partir daí, transcreviam-se os textos formais das deliberações políticas daquele momento.

Na edição de 28 de março de 1827 é publicada uma rara informação sobre a guerra entre brasileiros e argentinos pelas terras hoje do Uruguai, com o seguinte relato, em que a imprecisão é notória.

No dia 21 do corrente entrou no porto de Santos vindo de Monte Vídeo com 13 dias de viagem em Bergantim Sardo, cujo capital nos deu desagradáveis noticias dos nossos negócios militares no Sul. Contou que foi quase inteiramente derrotada a nossa frotilha do Uruguay; prisioneiro e remetido a Buenos Aires o commandante dela, capital Jacinto Roque de Sena Pereira. (...) Também deu desfavoráveis noticias do exército; Porém nós hoje vimos cartas fidedignas do Rio Grande, que noticião uma grande acção na verdade muito sanguinosa, em a qual nossas armas triunfarão. (sic)

Em suas edições a partir de outubro de 1828, momento em que o governo imperial brasileiro de D. Pedro I e o republicano da República Argentina (nome adotado oficialmente apenas dois anos antes) selam acordo de paz, intermediadas pela Inglaterra, as informações a respeito do fim de uma guerra que já durava três anos são pouco claras, banhadas por ceticismo, mas ainda assim carregadas de opinião extremamente parcial em relação às intenções do governo argentino, a ponto de invocar uma suposta “lei da natureza” para sustentar a defesa do domínio brasileiro sobre a região em disputa.⁶⁴

Os boatos de estar feita a paz todos os dias se repetem (...). Se dermos credito à voz mais commum, a Cisplatina ficará independente por alguns annos, até que livre de influencia extranha declare, a quem lhe convém pertencer; o que nos parece muito philosophico e mesmo um pouco romântico. Outros porem reclamão contra a ignomínia de cedermos o que habiamos conquistado, contra a infracção da Lei da Natureza; (porque é cousa averiguada que a Natureza poz o Uruguay, como divisa entre os dous estados) e affirmão que a banda oriental formará sempre parte do Império. (sic)

⁶⁴ Farol Paulistano, edição de 17 de setembro de 1828. 1ª página. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

Numa busca feita por este pesquisador a jornais brasileiros disponíveis e com edições nos períodos de maior fricção com os argentinos (de 1825 a 1828 – Guerra Cisplatina; 1851 e 1852 – derrubada do ditador Rosas; 1908 – corrida armamentista), pouco se encontrou de informação a respeito.

Os jornais se referem à Argentina quase sempre na seção de notícias internacionais, narrando em notas curtas eventos traduzidos de jornais de Buenos Aires, na maioria das vezes, sem qualquer relação com o Brasil. Outras pequenas citações aparecem nas páginas de anúncios, em que passagens de navio para Buenos Aires são ofertadas; ou colarinhos para camisas masculinas da marca “Argentina” são apresentados como produto de alta qualidade.

A abordagem das notícias nos jornais da primeira metade do século XIX consultados é imprecisa e oficialista. A Gazeta do Rio (de Janeiro), órgão do governo imperial de D. João VI, fundado com a chegada da família real ao Brasil, em 1808, e descontinuado em 1823, após a declaração de Independência, por D. Pedro I, trata mesmo o “Grito da Independência” com chamativa frieza. Na edição de 26 de setembro de 1822 – portanto, duas semanas após a declaração pública de D. Pedro no Ipiranga, em São Paulo – o assunto aparece na capa do jornal, sem nenhum título. É estampada apenas a procedência da redação, “Rio de Janeiro”, dois parágrafos de carta de D. João VI (postada em Portugal em agosto) repreendendo D. Pedro por publicações anteriores e, logo abaixo, a resposta de D. Pedro na qual é exposta a decisão de tornar o Brasil independente.

No texto, Pedro começa dizendo ao pai que o vê coagido por uma denominada “facção Luso-Hespanhola”, define os deputados portugueses e brasileiros das “cortes” oficiais como despóticos e infames. E só então indica a decisão sobre a independência. “Se o Povo de Portugal teve direito de se constituir revolucionariamente, está claro que o Povo do Brasil o tem dobrado, porque se vai constituindo respeitando-Me a Mim, e de Authoridades estabelecidas”.⁶⁵ (sic)

Este é apenas um exemplo de como mesmo fatos tão simbólicos e relevantes recebiam tratamento editorial pouco claro e de baixo perfil, o que faz crer que os próprios editores entendiam serem os jornais espécies de cronistas de fatos já

⁶⁵ Gazeta do Rio, edição de 26 de setembro de 1822. Arquivo do Estado de São Paulo..

conhecidos pela população, por meio da troca interpessoal de notícias e informações e suas fontes do período – escolas, maçonaria, igreja, clubes sociais, etc.

Neste sentido, uma outra edição da Gazeta do Rio, de 24 de setembro também de 1822, faz menção às tropas brasileiras na região Cisplatina, que aparentemente estariam se distanciando da condução do príncipe regente D. Pedro I e são chamadas à responsabilidade pelo órgão oficial, sem qualquer citação a respeito dos adversários argentinos na disputa pelas terras.⁶⁶

As edições dos anos de 1851 e 1852 de jornais brasileiros consultados no Arquivo do Estado de São Paulo nada trazem sobre a participação da marinha e tropas brasileiras na ofensiva contra o ditador Rosas. Da mesma forma, nada foi encontrado nas edições do final do século XIX e início do Século XX, quando Brasil e Argentina travavam guerra fria na corrida armamentista para o controle regional.

3.2 As cartilhas para formar as elites do Império

Durante praticamente todo o Século XIX, período que como vimos a imprensa brasileira ainda engatinhava, a transmissão de conceitos e preconceitos a respeito da Argentina e dos argentinos e a construção da imagem estigmatizada dos vizinhos percorreram outros caminhos que não o da mídia.

Isso é demonstrado com clareza pelo estudo da historiadora Francisca Nogueira de Azevedo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que analisou os livros didáticos para ensino de História usados a partir dos anos de 1830 no Imperial Colégio Pedro II.⁶⁷ “De uma maneira geral, a imagem que se têm sobre as nações platinas é de um “outro”, violento, ameaçador e bárbaro”, observou ela, que procurou investigar em que medida esse tipo de argumentação das cartilhas influenciou na formação na construção da imagem dos vizinhos. Vale ressaltar que o referido colégio, “desde a sua fundação, em 1837, passou a ser o padrão e a

⁶⁶ Gazeta do Rio, edição de 24 de setembro de 1822. Arquivo do Estado de São Paulo..

⁶⁷ Nogueira de Azevedo, Francisca. Lições de História: as representações do Império Brasileiro sobre as repúblicas platinas nos livros didáticos do Imperial Colégio Pedro II.

referência da política educacional imperial e assim responsável pela formação das elites intelectuais do Brasil.”⁶⁸

Em sua análise, a historiadora cita os escritos de João Ribeiro, professor de História Universal e História do Brasil do Colégio, também membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em manual específico para o Colégio Pedro II ele assim se expressa ao expor matéria relativa às disputas em torno da Banda Oriental:

Não havia talvez essa ambição (por parte do Império Brasileiro), mas era questão de fato a supremacia normal do país mais vasto, então mais rico e mais poderoso deste hemisfério (...). Acresce que os nossos vizinhos turbulentos e audazes, pouco propensos à estima recíproca, não ocultava a malquerença com que nos viam e viam a todos os brasileiros residentes no território platino. O general Oribe, amigo do tirano Rosas e por ele animado, por vezes lhe servia de instrumento perseguindo os brasileiros pacíficos que desde a Província Cisplatina habitavam o Uruguai. Feito presidente da República Oriental, Oribe não perdeu ocasião alguma de nos molestar. Era incoercível na antipatia aos brasileiros(...) Desde muito tempo desonrava a civilização platina o famoso tirano, João Manuel Rosas, execrado na sua própria Pátria; inimigo dos que ele chamava os selvagens unitários, mantinha o povo sob os horrores e atrocidades da guerra civil (...) o tirano platino, feliz na guerra, com degolações e a instituição das sociedades de mazorca e seu invencível horror contra os estrangeiros, atraía a todo o momento o raio da intervenção dos povos cultos...⁶⁹ (sic)

O trecho demonstra claramente a tendência a transmitir ao aluno a noção de superioridade brasileira sobre “o outro”, com inferências a respeito da agressividade e crueldade dos vizinhos, algo pouco fiel à realidade vivida naquele momento, em que ambos os países – recém-independentes dos impérios de Portugal e Espanha – mantinham-se ambos muito ativos nas disputas por terras que já duravam mais de dois séculos.

Nogueira de Azevedo chama a atenção, nesse contexto, para a importância conferida aos estudos geográficos, expressa na criação do Instituto Histórico e Geográfico de 1838, “lugar por excelência de produção da história nacional

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem. Citando RIBEIRO, João. História do Brasil. 18ª ed. Curso Superior. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1964, P. 393.

brasileira no século XIX”. Parte dali, por exemplo, o argumento predominante nos livros didáticos daquela época da defesa do regime monárquico como condição de proteção contra os perigos da barbárie, sempre associados às repúblicas hispano-americanas.

Em suma, opina a historiadora, busca-se inculcar a representação de um outro violento, ameaçador e bárbaro, a ser enfrentado ora com o silêncio, negando-lhe existência histórica, ora com o uso da força na defesa dos princípios civilizatórios. Essa espécie de desprezo discursivo pelos vizinhos platinos se evidenciam neste trecho escrito naquele período pelo professor do Colégio Pedro II, M. T. Alves Nogueira.

A história interna das colônias espanholas na América não oferece fatos políticos de grande importância depois do descobrimento. A atenção dos espanhóis fixou-se sobretudo no México e Peru, não apresentando, os outros, metais preciosos que atraíssem os conquistadores.⁷⁰

Em meados do século XIX, o Império brasileiro tentar mostrar-se aos vizinhos como uma “monarquia estável e civilizada”, escreve Nogueira de Azevedo. As revoltas provinciais e as rebeliões negras se reduzem, surge a era dos empreendimentos do Visconde de Mauá, e o café enriquece a nobreza pelo interior paulista. “A figura do Imperador -- sempre representado como um “Monarca Ilustrado” -- simbolizava, por sua vez, a conclusão de uma obra. O Império do Brasil vivia, na visão dos contemporâneos, o momento de seu apogeu.”⁷¹

Essa era a imagem que era impressa nos livros didáticos daquele momento no Brasil. Mesmo depois da Proclamação da República, momento em que o Imperial Colégio Pedro II muda de nome para Ginásio Nacional, a preocupação em construir a imagem “do outro” de maneira desdenhosa se mantém, ainda com a natural inserção de análise muito mais crítica ao período imperial de D. Pedro II.

⁷⁰ Ibidem. Citando NOGUEIRA, M.T. Alves. Compêndio de História Moderna. Rio de Janeiro, Typografia do Apostolo, 1868.

⁷¹ Ibidem. Citando MATTOS, Ilmar Rohloff de. Um "País Novo": a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina. Seminário Argentina - Brasil y la Formación de la Identidad Nacional: la visión del outro. FUNCEB/FUNAG (Buenos Aires), maio de 1997, n.1, p. 13.

Em sua conclusão, a autora do estudo propõe repensar criticamente essas construções da memória social e coletiva, perpetuadas e revitalizadas através dos manuais didáticos. Isso “pode ajudar-nos a pensar um futuro onde a reinterpretação desses registros do passado permita que a História revitalize as relações entre as nações latino-americanas no presente.”

3.3 Jogador argentino preso por Galvão

Era mais um jogo acirrado entre brasileiros e argentinos pela Copa Libertadores. No Estádio do Morumbi, em São Paulo, no dia 14 de abril de 2005, ainda no primeiro tempo, o atacante do São Paulo F.C. Grafite faz falta num argentino do Quilmes – clube de pequena expressão de cidade da Grande Buenos Aires. Em seguida, já como consequência dos ânimos exaltados pelo jogo anterior, em Quilmes, semanas antes – quando Grafite já teria se queixado de ofensas racistas --, dois jogadores partem para cima de Grafite e um deles diz palavras cujo áudio não se ouve. Grafite empurra o zagueiro Desábato pelo rosto e é expulso pelo árbitro.

Imediatamente, Galvão Bueno, o narrador esportivo número um da Rede Globo, diz ter percebido por leitura labial xingamentos racistas contra Grafite. “Tenho a impressão... Põe de novo essa imagem. Tive a impressão de que ele disse “negro” ao Grafite. Não há dúvida que houve xingamento racista”, testemunha em rede nacional.

As imagens detalhadas, tomadas por câmeras postadas no chão, feitas pela própria Rede Globo, podem ser revistas na internet, no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=t0Jy2qJIMn0> (aos 3’08”).

Aqui faço uso a primeira pessoa, já que o meu testemunho e análise particular, neste caso, se fazem necessários. Eu assistia à partida, vi o lance e me surpreendeu quando o Galvão Bueno disse ter percebido por “leitura labial” uma nítida agressão racista. A imagem é repetida inúmeras vezes, inclusive no intervalo do jogo, mas eu não consegui novamente perceber, mesmo porque a maior parte das imagens que mostram Desábato falando é encoberta pelo movimento do

próprio Grafite, que em seguida empurra o argentino. Recorri ao replay do lance, vi várias vezes e não consegui “ler” o insulto – ainda que se pudesse presumir que isso houvesse ocorrido, diante da reação exaltada de Grafite, que agride o adversário, e do fato de haver inúmeros antecedentes bem conhecidos no futebol – no Brasil e no exterior.

Apenas um mês antes, num jogo do campeonato mineiro, o zagueiro Wellington Paulo, do América Futebol Clube, ofendeu o adversário André Luiz, do Atlético Mineiro, com expressões racistas como “macaco”. As imagens das ofensas haviam sido mostradas, ali sim, com nitidez, pela mesma Rede Globo. Nesse caso, porém, não houve nenhum desdobramento imediato. Wellington, o agressor (que, diga-se, também era negro) saiu normalmente do estádio e apenas semanas mais tarde foi julgado pela Justiça Desportiva e foi punido com 30 dias de suspensão.

No ano seguinte, o zagueiro Antonio Carlos, que já foi da Seleção Brasileira, jogava pelo Juventude de Caxias do Sul quando foi expulso após disputa com o jogador negro Jovânio, do Grêmio. Ao deixar o campo, Antonio Carlos ofendeu o adversário ao sinalizar, também pela TV, a cor do próprio braço, para supostamente demonstrar superioridade racial em relação ao outro. Tudo também foi mostrado em rede nacional, mas sem a intervenção imediata de autoridades. Julgado depois, o zagueiro recebeu a punição de 60 dias de suspensão.

No caso de Grafite, o providencial testemunho de Galvão Bueno (que demonstrou notável habilidade como tradutor de movimentos labiais) fez com que o Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Saulo de Castro Abreu, homem então de aspirações políticas, ligado ao PSDB, que via o jogo de casa, decidisse imediatamente intervir. Por telefone, determinou que Grafite, já então nos vestiários, fosse interrogado para confirmar ou não o que havia sido relatado por Bueno via TV. A ordem foi obedecida pelo delegado do grupo policial especial, o Garra, Oswaldo Nico Gonçalves. Aos policiais, o jogador do São Paulo confirmou que havia sido ofendido com a frase “negro, enfia a banana...” por Desábato. Ato contínuo, o argentino recebeu voz de prisão, ainda no gramado, tão logo o juiz apitou o final do jogo.

Levado à delegacia pelo próprio Gonçalves, foi exibido exemplarmente à imprensa algemado e permaneceu dois dias em cela cuja cama não tinha colchão – reclamou ele, após ser libertado.

O caso teve repercussão internacional e foi mostrado por parte da mídia brasileira como um caso lapidar da Justiça brasileira contra o racismo. Não se questionou a excepcional acuidade visual de Galvão Bueno, que leu como ninguém as palavras de Desábato e determinou, no final das contas, a prisão do argentino. Consta dentro da própria Rede Globo que, como no jogo anterior, em Quilmes, já ocorrera ofensa racista contra Grafite e o fato teria sido relatado pelos são-paulinos a Galvão, o narrador já estaria preparado para “denunciar” prováveis reincidências no Morumbi. Isso explicaria a certeza do locutor ao apontar incontinentemente o flagrante de racismo.

Em artigo publicado na época pelo diário La Nación, um dos mais importantes de Buenos Aires, o correspondente do jornal em São Paulo, Luis Esnal, chamou a atenção para o fato de Desábato (que confirmou as ofensas, embora tentasse minimizá-las evocando o calor da partida) ter sido o primeiro jogador de futebol (e o último, até hoje) a ser preso no Brasil por ofensas raciais, embora tais casos, como os exemplos já citados, sejam comuns a cada fim de semana nos estádios brasileiros. Assim ele se expressou:

El jugador Grafite realmente sabe lo que es racismo. En Brasil, el país donde hasta 118 años atrás un negro apenas podía ser esclavo, si Grafite y Leandro Desábato pasasen frente a un policial cada uno en su auto, el argentino podría continuar tranquilo. Grafite sería parado, porque en Brasil un negro en un auto caro, antes que nada, es sospechoso.(...) La abolición, que ocurrió hace tan poco tiempo y que fue hecha sin ningún tipo de indemnización o asistencia para los libertados, derivó en la formación de favelas y en la estigmatización del negro como un ser prácticamente marginal. 'Lunes es día de blanco' -- porque supuestamente al negro no le gustaría trabajar -- es una frase común por acá (...). La semana última, durante un partido de San Pablo contra Marilia, un equipo del interior, Grafite había recibido insultos racistas de jugadores brasileños, sin que eso tuviera ninguna consecuencia. (...)En un caso que podría servir de testigo para un análisis en cualquier cátedra de semiología o comunicación, fue Galvao Bueno el que condujo a la detención de Desábato. Crítico frecuente de la Argentina y sus jugadores, Galvao Bueno disparó durante la transmisión: 'Mirá, tuve la impresión... Poné de nuevo esa imagen. Tuve la impresión de que él le dijo 'negro' a Grafite'. Inmediatamente mandó a su movilero a preguntarle a Grafite si había recibido una ofensa racista. El

jugador dijo que no quería comentar el tema 'para no hacer énfasis'. Galvao Bueno insistió en que hubo racismo. (...)El insulto preconceituoso de Desábato existió, y en Brasil existen leyes contra el preconceito. Pero las manos esposadas, (...)la prisión en cárceles sin colchón, el repudio oficial de los ministros de Lula (...) convirtieron el caso en un espectáculo mediático. Dentro de algunas semanas todo se olvidará. Y Grafite, cuyo apodo remite al grafito negro de los lápices, volverá a ser sospechoso si circula en un auto caro y se topa con alguna de las patrullas en las que circuló Desábato como un criminal los últimos dos días."⁷²

O episódio, que acabou gerando fricção diplomática entre os países, mostrou o poder da mídia na construção da imagem “do outro” em um caso pinçado para o suposto exercício de justiça. E o argentino, que assumiu a sua culpa, entrou para a história do País como exemplar único no cumprimento intransigente da lei brasileira de igualdade racial num campo de futebol. Semanas mais tarde, Grafite retirou a denúncia contra o jogador do Quilmes, arrependido pela repercussão negativa do episódio contra ele próprio.

3.4 Bonner “engasga” e culpa os argentinos

Em situações prosaicas do jornalismo (nas áreas “brandas”, como citado no início deste trabalho), as validações das diferenças e da própria rivalidade surgem de maneira aparentemente inocente. No início de 2007, bem perto do final da edição do Jornal Nacional, Fátima Bernardes leu nota sobre o então novo ranking mundial das seleções de futebol, que colocava a da Argentina em primeiro lugar, à frente da Seleção Brasileira. Já na leitura da nota, Fátima enfatizou o fato de a Argentina ter passado o Brasil. Sem seguida, Bonner lê o texto de encerramento do jornal, anunciando os programas a seguir, entre eles o Big Brother Brasil. E erra ao dizer “Brother”, trocado por algo como “Bother”. Corrige-se e justifica, sorrindo à esposa: “Isso aí, o problema é a Argentina, a gente até se enrola”. Uma citação bem humorada, mas carregada de estigmatização contra os vizinhos. O apresentador transmite, ali, aos brasileiros, mensagem de peso subliminar na qual uma pequena

⁷² Esnal, Luis. "La realidad detrás del escándalo", La Nación, Buenos Aires, 16/04/05

vitória argentina torna-se motivo suficiente para fazer gaguejar mesmo o principal apresentador de telejornal do País.⁷³

3.5 Citações fáceis sobre “malandros” e “arrogantes”

O mesmo Galvão Bueno, protagonista do caso anterior, é famoso ao manifestar-se contra os argentinos. “Ganhar é sempre bom, mas ganhar dos argentinos é ainda melhor”, repete sempre. Em jogo de 2004 da Seleção Brasileira contra os argentinos, ele disse logo no início da partida transmitida ao vivo. “O time brasileiro está nervoso. Não podemos cair na malandragem deles. Nós sabemos que os argentinos são malandros e não podemos entrar nessa”, reiterou.

Esse tipo de reforço de conceitos já automatizados na visão que o brasileiro tem “do outro” é muito comum na mídia brasileira, sobretudo nas coberturas futebolísticas, por televisão, rádio e jornais. Vamos a mais dois casos em grandes publicações impressas.

Em 2001, na véspera de partida decisiva entre o Corinthians e o San Lorenzo, em Buenos Aires, o jornal Folha de S. Paulo escreveu: “Amparado nos seus atletas mais experientes, a equipe paulista pretende usar da “malandragem” tipicamente argentina para derrotar o San Lorenzo, de acordo com o zagueiro Scheidt.”

Em caso similar, em 2005, a Agência Estado distribuiu reportagem descrevendo uma vitória corintiana contra o Universidad Católica do Chile. “Carlitos Tevez usou da malandragem argentina e chamou o jogo para si. Aos 20 minutos, ele levou na raça pela direita e bateu forte para grande defesa de Buljubasich.”

Como se vê, a expressão “malandragem argentina” é comum e freqüente nos meios que cobrem esporte no Brasil. A menção é feita geralmente como se se tratasse de traço universalmente aceito e inquestionável a respeito dos vizinhos. No caso da Agência Estado, citado aqui, a referência estigmatizada é feita como espécie de elogio, na medida em que o suposto traço nacional do atacante Tevez teria sido o responsável por solucionar o problema da equipe.

⁷³ Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=CaISG7vsOq4>

Uma outra definição expressada com naturalidade e quase automatizada pela mídia brasileira sobre o temperamento dos vizinhos diz respeito à hipotética arrogância argentina. Um bom exemplo nesse sentido foi reportagem publicada pela revista *Veja*, em 21 de novembro de 2001, em que o texto, em resumo, exaltava que, mesmo em crise econômica profunda, o argentino se mantinha arrogante. “A Argentina vive um dos piores momentos de sua história. Mesmo assim, o argentino mantém a pose”, sublinhou a publicação, destacando que, naquele momento, o povo do país vizinho optava por “Coto-Cola”, marca local de cola, em substituição a Coca-Cola e Pepsi, segundo a reportagem, caras demais para a capacidade de compra local.

O suposto fenômeno de consumo nunca ocorreu, a não ser para os efeitos de estilo desejados pelo repórter e pela pauta da revista, embora a situação financeira do argentino médio fosse das mais difíceis. Os maiores problemas para a classe média do país chegariam logo depois, no início de 2002, com a adoção do confisco das aplicações financeiras pelo governo (o “corralito” e o “corralon”).

3.6 Na economia, um país inferior e vencido

Embora com maior cuidado do que se faz na crônica esportiva, a mídia brasileira especializada em economia assume ironicamente, ao escrever sobre a Argentina, a mesma soberba imputada como traço básico dos vizinhos -- e com pitadas de uma espécie de vingança histórica. A economia argentina é apresentada pelos jornais brasileiros como primária, desprovida de qualidades, fadada à agricultura básica, sucateada e, como não poderia faltar, governada com arrogância. Isso tudo, diante de uma pujante economia brasileira, que estaria logrando níveis de excelência em industrializa ainda que sob o protecionismo dos vizinhos.

Nos editoriais de jornais sóbrios como *O Estado de S. Paulo*, o governo e os empresários argentinos são personagens freqüentes, como no caso do dia 26/11/2004, a respeito da negociação da dívida argentina, em default desde 2001.

Sob o título “Mais uma bravata: o ex-ministro da economia da Argentina, Roberto Lavagna, aparece como um tolo que remete a “teorias conspiratórias” a culpa pela situação econômica do país” (que naquele ano, diga-se, cresceria mais de 9%). E assim o editorial se expressa em determinado trecho:

A conspiração jamais existiu. O que dificulta a reestruturação da dívida é uma oferta draconiana -- não é à toa que o FMI continua insistindo com o governo argentino para que faça uma negociação de "boa-fé" com os credores -- e um aumento da dose de arrogância e incompetência na montagem da operação. (...) Só resta esperar que, depois dessas peripécias, causadas pela imprevidência da administração e pela arrogância face aos credores, o governo argentino consiga pôr-se de acordo com a comunidade financeira internacional e abreviar o seu isolamento.

No início daquele mesmo ano, em 2004, a segunda revista em circulação no Brasil, a *Época*, das organizações Globo, trouxe artigo intitulado “Conveniência argentina”, escrito por Leandro Loyola e André Barrocal. No subtítulo, a defesa que construiria no texto já ficava clara: “Com seu país falido, Néstor Kirchner reclama da agressiva política externa brasileira, mas se aproveita disso para ganhar apoio popular.” Na seqüência, fala da então crítica do ex-presidente Kirchner sobre as pretensões brasileiras no Conselho de Segurança da Onu, publicada no diário *Página 12*: “Se há um lugar na OMC, o Brasil quer; se há um lugar na ONU, o Brasil quer; se há um lugar na FAO, o Brasil quer. Até o papa eles querem eleger”, teria dito.

O texto qualifica como ilegítima as posições do governo argentino, ao dizer, por exemplo, que “Apesar de estar quebrada financeiramente, a Argentina não aceita ser tratada como uma nação irrelevante.”, como se fosse natural a uma nação, qualquer que seja, assumir-se como um país irrelevante. E conclui mais adiante:

O PIB argentino hoje é equivalente ao de 1997 e, no ano passado, o país atingiu o fundo do poço econômico ao dar um calote de quase US\$ 50 bilhões de sua dívida externa. Para piorar, empresas brasileiras avançam sobre ícones locais. No mês passado, o grupo Camargo Corrêa comprou a Loma Negra, maior fabricante de cimentos do país e um orgulho argentino.

O discurso utilizado do artigo de *Época* é tradicional na mídia brasileira e parte da versão dominante, alimentada pelos próprios vários governos do Brasil nas últimas décadas, que apregoa a vocação brasileira para a industrialização,

enquanto a Argentina estaria fadada à produção primária. Nesse sentido, uma das mais respeitadas analistas econômicas da mídia brasileira, Miriam Leitão, faz em artigo para o jornal O Globo, ainda em 10/08/1999, uma rara crítica a essa estigmatização, que, mais reitera a receita pronta de discurso dominante da economia brasileiro do que se apega a fatos concretos. Ela diz:

Já ouvi no Governo a idéia de que a vocação do Brasil é ser o único país realmente industrializado da América do Sul, e que caberia à Argentina voltar às suas tradições. O argumento é que a Argentina chegou a ser a oitava economia do mundo no começo do século quando produzia basicamente carne e trigo. Que estas seriam suas vocações naturais. Já o Brasil recebendo um volume tão expressivo de investimento direto estaria destinado a ser o grande país industrial da região. O primeiro erro desta análise é que revela o preconceito contra o agronegócio, como se ele fosse uma atividade menor. Erro recorrente no Governo brasileiro. O que há de certo nesta análise é que a Argentina tem uma competência aprimorada em décadas na produção de carne e trigo. Raças e tecnologias, que só na última década chegaram ao Brasil, já fazem parte do rebanho e do manejo do rebanho argentino desde o começo do século.

Nessa rara análise contrária à opinião predominante da mídia brasileira, Miriam Leitão chama a atenção para o fato de que o decantado sucateamento generalizado da indústria argentina se trata mais de reiteração pela mídia do discurso dominante do que argumento sustentável, com base em informação concreta, na medida em que muitos setores da indústria do vizinho, entre eles o de alimentos, mantém níveis de reconhecida qualidade e modernidade produtiva. É um bom exemplo do fenômeno apresentado pelo já citado Norbert Elias⁷⁴, segundo o qual um grupo necessita estigmatizar o outro “com rótulo de inferioridade humana”, na busca da própria auto-afirmação como nação, como também aponta Martín-Barbero em sua análise específica para os países da região.

3.6 O turista argentino, como “invasor” do Sul

Faço uso aqui do importante trabalho, já citado no início desta dissertação, das professoras Nilda Jacks, Márcia Benetti Machado e Karla Müller, como elemento para exemplificar a maneira desrespeitosa como muitas vezes o turista argentino é

⁷⁴ ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L.. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P 22.

tratado na imprensa do Sul do País. Em seu A Representação da Argentina e dos Argentinos na Imprensa do Sul do Brasil, as pesquisadoras demonstram como, pela via das mídias, conceitos e preconceitos ajudam a moldar a opinião pública a respeito dos vizinhos.

Utilizam a região como objeto central do estudo, na medida em que Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os estados que mais recebem turistas argentinos em todo o País. Dados da época da Secretaria de Turismo da Argentina mostram que no verão de 2000/2001 mais de 1,8 milhão de turistas argentinos entraram no Brasil, especialmente no Sul. Os recursos deixados naquele período no comércio, principalmente das cidades brasileiras, alcançou os US\$ 2 bilhões.

A informação da entrada massiva de recursos, algo benéfico para ambos os estados, no entanto, não foi suficiente para minimizar o tom negativo predominante na abordagem feita pela mídia regional. A análise tomou como base os diários Zero Hora e Correio do Povo, de Porto Alegre, os de maior circulação no Rio Grande do Sul, e o Diário Catarinense, o principal diário em Santa Catarina. O período de avaliação dos periódicos cobriu os meses de janeiro e fevereiro de 2001, segundo as pesquisadoras, por se tratar de período de alta temporada de verão.

Além da preocupação com as citações feitas pelos jornais a respeito do turismo regional, a pesquisa não excluiu do levantamento notícias que envolvessem outros assuntos da relação bilateral, como problemas alfandegários, febre aftosa, disputas esportivas, negociações do Mercosul, etc. Foram considerados “todo o tipo de notícias que revelassem posicionamentos da imprensa, baseados nos preconceitos que foram construídos em torno das diferenças” entre os dois países.

Foram contabilizadas, no período, 182 notícias diretas sobre argentinos no Zero Hora, 183 no Correio do Povo e 166 no Diário Catarinense. Estavam publicadas predominantemente nas editorias de Geral, Opinião e Política. E a maior parte das reportagens exibiam conotação negativa. O Diário Catarinense, por exemplo, publicou no período 25 notícias sobre “os argentinos como invasores das praias”. Dessas, 14 eram desfavoráveis, 5 eram favoráveis e 6 avaliadas “tensionadas”. No Zero Hora, foram 4 reportagens sobre o comportamento dos “argentinos na praia” e todas elas com foco negativo.

As reportagens analisadas foram subdivididas em quatro categorias: 1) argentinos como invasores; 2) o comportamento na praia e no trânsito; 3) como consumidores; 4) como vítimas da violência. Como subcategorias, cada texto foi analisado como tendo predominantemente: a) imagem desfavorável dos argentinos; b) imagem favorável; c) tensão entre estas duas imagens.

O Diário Catarinense, o primeiro a usar a denominação “invasão argentina” no período pesquisado, traz a história “Engarrafamento chega a 30 quilômetros de extensão”, que narra o retorno para casa de turistas após as festas de final de ano em Santa Catarina e a chegada de novos visitantes. O texto faz comparativos entre o comportamento de brasileiros e argentinos, com vantagem para os brasileiros, vistos como bem-humorados e tranquilos. “Não podemos perder o humor e transformar as férias em estresse”, teriam dito motoristas locais, enquanto os argentinos surgem como os impacientes: “Mas nem todo mundo consegue manter a calma. Os argentinos (...) partiram de Buenos Aires às 4h de segunda-feira e ontem às 16h enfrentaram o pior trecho da viagem. O engarrafamento (...) tirou a paciência do casal (...)”.

Em outra reportagem do mesmo diário, o argentino é qualificado como mero invasor: “...mais de 1,5 milhão de ‘gringos’ se espalharão pelas praias brasileiras”. A análise das professoras observa: “Os argentinos não apenas chegam, eles “se espalham”, e o texto nos leva a imaginar 1,5 milhão de pessoas ocupando espaços que não são seus. Note-se ainda a expressão pejorativa “gringos”, usada para estrangeiros oriundos de países desenvolvidos, especialmente norte-americanos e europeus, classificados pelo senso comum brasileiro como turistas que exibem seu dinheiro e muitas vezes desrespeitam a cultura local.”

No total, de 21 textos sobre comportamento dos argentinos no Diário Catarinense, 18 são hegemonicamente negativos. O artigo “Jeito de ser” reproduz reclamações de funcionários do McDonald’s. “O comentário era geral entre os funcionários: aqueles que deixavam as bandejas sobre as mesas e pegavam pilhas de guardanapos, sem usá-los, eram, sem dúvida, argentinos”. Na avaliação do estudo, “a representação é de um turista mal-educado e egoísta, o sentido é o de um povo não civilizado, talvez bárbaro.”

Uma reportagem na seção policial do mesmo diário exhibe carga negativa já título: “Grupos de argentinos protagonizam arruaças”, mostra um confronto entre jovens argentinos. O texto, com o subtítulo “Rapaz de 18 anos foi atacado a paulada por 25 compatriotas e levou 20 pontos na cabeça” tem como abertura: “Desde o início do ano, confusões envolvendo grupos de argentinos bêbados vêm dando muita dor de cabeça para as polícias Civil e Militar do Norte da Ilha”.

No Zero Hora, uma crônica de comportamento, no caderno de variedades, traz uma série de verbetes de verão. A letra “H” é dedicada a “Hermanos” e faz piada com a moda dos argentinos. “Nossos vizinhos argentinos sempre voltam a nos visitar no verão. As meninas já não usam mais aqueles meiões de futebol com minissaia (ufa!), mas os homens são facilmente identificados por aquelas bermudinhas xadrez de algodão. Os mais jovens se destacam pelos cordões de couro no pescoço.” O tom é jocoso e pejorativo, observa a análise.

No mesmo jornal, um outro artigo, dias depois, critica o suposto hábito argentino deixar lixo nas praias: “o lixo deixado nas areias por farofeiros e turistas argentinos (...) merecem campanha educativa”.

Na conclusão do estudo, após análise no recorte já explicitado, as pesquisadoras escrevem: “A primeira leitura que podemos fazer do discurso da imprensa do sul do Brasil sobre os turistas argentinos é que o jornalismo não é imune ao sentimento de rivalidade entre os brasileiros e “los hermanos”” (citação referencial, para utilizar com certa ironia a expressão repetida nas páginas dos jornais estudados). E continuam: “Ao contrário, este sentimento, sustentado mais no âmbito cotidiano e da cultura do que no terreno das grandes decisões políticas, atravessa constantemente o discurso jornalístico e, neste movimento, acaba por constituí-lo.”

Os números do estudo de Jacks, Machado e Muller podem expor a questão da estigmatização do argentino no Sul do Brasil com maior propriedade do que adjetivos. De Janeiro a Fevereiro de 2001, foram publicados nos três jornais 109 textos⁷⁵ cujos referentes eram turistas argentinos: 53 textos com sentido

⁷⁵ Destes, 61 (56%) foram veiculados pelo Diário Catarinense, 27 (24,8%) pela Zero Hora e 21 (19,2%) pelo Correio do Povo.

hegemonicamente desfavorável aos argentinos (48,6%), 27 com sentido predominantemente favorável (24,8%) e 29 constituídos por evidente tensão entre essas duas representações (26,6%).”

Em seu último parágrafo, o referido estudo conclui:

O discurso que carrega o “sentimento” da rivalidade encontra sustentação em uma formação histórica (ideológica) que se elabora desde o tempo da ocupação ibérica e que, portanto, é uma idéia que circula no imaginário social há meio milênio. A imbricação dos discursos da história e do jornalismo, em especial no último século, contribui para o cruzamento de ambos, mas no jornalismo o efeito revela-se com mais intensidade, por ser um discurso menos crítico e mais comprometido com os interesses econômicos. Não podemos esquecer, no entanto, que o jornalismo é um dos agentes que constroem a cultura contemporânea, e por isso o caráter interdiscursivo e esta imbricação assumem proporções de grande relevância. Se depender do discurso jornalístico do sul do Brasil, em suma, brasileiros e argentinos serão eternos rivais.

Considerações finais

O objetivo deste estudo foi desde o princípio analisar, à luz de estudos da Comunicação voltados às Mediações e à Análise do Discurso, de que maneira foi constituída pelos brasileiros a imagem negativa da Argentina e dos argentinos e como a mídia participou da transmissão histórica dessa estigmatização, principalmente nos dois últimos séculos. É importante destacar que em nenhum momento pretendeu-se aqui dimensionar desde uma perspectiva quantitativa a notória rivalidade entre os dois países e nem analisar comparativamente as características da visão do brasileiro em relação ao vizinho com a do argentino em relação ao Brasil.

A partir desses pressupostos, que definem o escopo pelo qual esses estudos trafegaram, pode-se dizer, nestas considerações finais, com base em avaliações deste pesquisador desenvolvidas ao longo dos últimos três anos, que a mídia brasileira atuou como instrumento de reforço e legitimação dos estereótipos que estruturam hoje a visão que a maioria absoluta dos brasileiros tem dos argentinos.

É fundamental destacar que os estudos sociológicos de Norbert Elias e John Scotson (publicados no livro *Os Estabelecidos e os Outsiders* e mencionados na abertura deste trabalho) nos ajudaram em muito a entender que há, nessa relação de intensa rivalidade, desde sempre, um traço típico da natureza humana, em que um grupo, em busca de coesão e valorização da auto-estima coletiva, tende a construir a imagem de “um outro” inferior e/ou defeituoso. E desta forma, os autores descrevem o fenômeno sociológico:

Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os “brancos” em relação aos “negros”, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres (antigamente), os Estados nacionais grandes e poderosos em relação a seus homólogos pequenos e relativamente impotentes (...), os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, vêem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores.⁷⁶

⁷⁶ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P. 19.

Ao analisar a relação entre dois grupos numa pequena cidade inglesa, apelidada por eles de Winston Parva, em que os moradores mais antigos constituíram um sistema de valoração social opressor para os moradores recém-chegados, Elias e Scotson relatam que, ao conversar com as “famílias antigas”, era fácil perceber como as próprias opressoras “consideravam-se humanamente superiores aos residentes da parte vizinha da comunidade, de formação recente. (...) Juntavam-nos todos num mesmo saco, como pessoas de uma espécie inferior”.

É possível visualizar neste trecho escrito no início dos anos 60, sobre pesquisa concluída no final dos anos 50, alguns aspectos sociológicos da conflituosa relação entre brasileiros e argentinos. Cabe destacar, porém, que no estudo de Elias e Scotson há sempre um grupo dominante e outro dominado. Na relação bi-nacional a que nos atemos, embora não haja uma nítida situação de superioridade de um lado a outro, percebe-se na elaboração social da imagem dos vizinhos o discurso dominante de “um outro” inferior, seja nas análises do ponto de vista cultural, seja nas que traçam comparativos econômicos.

E é inquestionável que dessa estigmatização da imagem dos argentinos, os meios – e as mediações, conforme define Martín-Barbero – foram e continuam sendo agente fundamental, como espécie agentes legitimadores das linhas mestras desse discurso dominante, seja com a emissão de conceitos, seja reiterando preconceitos que, no caso de Brasil e Argentina, tráfegaram incólumes pelos últimos dois séculos.

Fica claro que, se a maior parte dos brasileiros nunca esteve pessoalmente diante de um argentino e, mesmo assim, nutre pelo vizinho tão forte antipatia pelo simples fato de sua nacionalidade, antipatia tão grande quanto àquela de cunho pessoal, que se pode dedicar ao vizinho da rua, isso só pode ser resultado de uma transmissão cultural consistente, algo que não se sustentaria durante tanto tempo apenas pela comunicação informal oral. A mídia, dessa forma, constitui-se como mínimo num canal reverberante dos conceitos e preconceitos nacionais, reforça e legitima o discurso dominante e acaba se tornando voz catalisadora e reprodutora de um processo que mantém acesa uma rivalidade germinou há cinco séculos.

Se nas primeiras seis décadas do século XIX, período em que Brasil e Argentina se confrontaram belicamente por duas vezes, os jornais eram escassos e precários, o analfabetismo acometia mais de 80% das pessoas e os impressos chegavam não mais do que a uma minoria, outros “veículos” de formação e informação como as escolas – com as suas cartilhas formadoras do pensamento dos filhos das elites – acabavam configurando, ao lado das paróquias religiosas, dos clubes, da maçonaria e de outras instituições, a amálgama sócio-comunicacional necessária que transmitia informações e construía valores para o restante da população.

A partir do final do século XIX e início do século XX os diários passaram a influir mais diretamente na opinião pública brasileira, a partir da ampliação do número de títulos, aumento das tiragens e da própria alfabetização do brasileiro médio. Em seguida, o cinema, o rádio e, finalmente, a televisão, corroboraram com difusão dos conceitos e valores demandados pelo establishment nacional – ao qual os principais meios quase sempre foram associados – para a edificação de uma identidade nacional ainda pré-existente.

Não se pode, no entanto, imputar à mídia brasileira a responsabilidade exclusiva pela estigmatização dos argentinos. Como foi observado anteriormente, com base nas teorias da “ilusão discursiva”, de Michel Pêcheux, a mídia funciona muitas vezes como repetidora e legitimadora da opinião pública. O jornalista vive, segundo ele, uma espécie de “esquecimento” e emite conceitos como se fossem próprios, mas na verdade o que faz muitas vezes é validar a conceituação definida pela classe dominante a respeito de determinados valores.

Martín-Barbero, no seu “Dos Meios às Mediações”⁷⁷, também se refere a esse fenômeno. Ele chama a atenção para o fato de que um diversificado leque de mediações sócio-culturais se faz presente no processo de construção de sentidos e valores que desembocam no discurso da mídia. Mas, mais do que um mero suporte técnico repetidor, os meios de comunicação interagem com esse conjunto complexo de mediações, balizadas, por certo, pela ideologia dominante em cada sociedade. Desta forma, cria-se uma roda-viva em que os desejos do establishment delineiam

⁷⁷ MARTÍN-BARBERO, Jesús; *Dos Meios às Mediações*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

o que é publicado ou transmitido oralmente e, assim, são renovados e reforçados os desejos sociais por meio da imprensa.

Neste sentido, cumpriu a mídia no Brasil em relação aos vizinhos o papel histórico que lhe coube também em várias outras nações, o da defesa dos interesses nacionais, dentro dos parâmetros definidos quase sempre pelo poder político e econômico.

Por isso, este estudo da área da Comunicação Social recorreu a um aprofundamento histórico, que buscou tanto aferir as desavenças reais entre os dois povos desde antes do descobrimento, até a maneira de atuar em relação à rivalidade dos meios existentes no País a partir do século XIX.

Considero que desse mix entre os estudos da Comunicação com o suporte da análise da história comum entre os dois países consegui extrair elementos suficientes para apontar sem riscos a mídia como co-participante ativa da longevidade da rivalidade entre os vizinhos. Os cases oferecidos no capítulo final ajudam a demonstrar que o discurso (pré)dominante a respeito dos argentinos mantém-se praticamente o mesmo desde os primórdios da mídia brasileira, no início do século XIX. Ao apresentar os habitantes da região do Rio da Prata como gente rude e agressiva, como pudemos observar em publicações como as do Farol Paulistano (o primeiro jornal impresso em São Paulo) e nas cartilhas do Colégio Pedro II, formador das elites cariocas, do século XIX, os meios da época não faziam mais do que se impõe nas mídias de hoje, quando comunicadores populares como o narrador Galvão Bueno, da TV Globo, banalizam os vizinhos como “malandros”, ou os jornais do Sul do País impingem aos turistas “invasores” características generalizantes como “mal-vestidos” ou “mal-educados”.

Trata-se de um interessante processo sociológico entre países vizinhos, em que a Comunicação atua como elemento decisivo na manutenção e fomento de conceitos e preconceitos históricos, que, por sua vez, mantêm acesa a chama da rivalidade de brasileiros e argentinos ao longo de séculos. O fenômeno, nitidamente ativo na sociedade brasileira, não foi suficientemente forte para impedir o pragmático avanço das relações comerciais entre as nações vizinhas. Nunca Brasil

e Argentina comercializaram tanto entre si e foram economicamente tão interdependentes. Provavelmente, abrandados os fortes estigmas históricos, estivessem ainda mais associados.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplíce Aliança ao Mercosul 1870 – 203) – Rio de Janeiro: Revan: 2ª edição. 2003.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor Ltda, 1997, p23.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas, estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp.

Charaudeau, Patrick. O Discurso das Mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

ELIAS, Nobert e SCOTSON, John L. Os Estabelecidos e os Outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando J. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada. São Paulo: Ed. 34, 2004.

LUNA, Felix. Breve História de los Argentinos. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1997.

MELLO, Leonal Itaussu Almeida. Argentina e Brasil: A Balança de Poder no Cone Sul. São Paulo: Annablume, 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos Meios às Mediações. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, 2ª edição.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo (coord.). Recreación y Mediaciones – Casos de Investigación en América Latina. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

PÊCHEUX, Michel. O Discurso – Estrutura ou Acontecimento. 4.a edição. Campinas, SP: Campos Editores.

PÊCHEUX, Michel. A análise automática do discurso. In: Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. F. Gadet e T. Tak (Orgs.). Campinas: Unicamp, 1990.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo, Volumes I (Porque as notícias são como são) e II (A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional). Florianópolis: Insular, 2ª edição, 2005.

TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo – análise e textos da Teoria do Agendamento. Coimbra, Portugal: Livraria Minerva Editora, 2000.

ROMERO, José Luis. Breve Historia de La Argentina. Buenos Aires: Tierra Firme, 2004.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCENNA, Miguel Ángel. Argentina – Brasil, Cuatro Siglos de Rivalidad. Ediciones La Bastilla, Buenos Aires, 1975.